

HISTÓRIA DO DIREITO NA ALEMANHA: Tradições Nacionais e Perspectivas Transnacionais * **

GERMAN LEGAL HISTORY: National Traditions and Transnational Perspectives

Thomas Duve ***

RESUMO: Neste artigo, analiso tradições institucionais e analíticas selecionadas de História do Direito na Alemanha do século 20, de forma a levantar algumas recomendações para o desenvolvimento futuro da disciplina. Em particular, um exame cuidadoso da evolução da História do Direito na Alemanha nos últimos vinte e cinco anos revela transformações radicais na estrutura de pesquisa: assim, dentro do estudo do Direito, houve uma mudança nos pontos internos de referência da História do Direito. Enquanto a disciplina se abre para novas compreensões do Direito e para suas disciplinas vizinhas, sua posição institucional em departamentos de Direito se tornou precária. O financiamento de pesquisa está sendo alocado de novas formas e o sistema acadêmico alemão está testemunhando cada vez mais uma diferenciação interna. Internacionalmente, as contribuições e as tradições analíticas alemãs têm recebido menor atenção e estão sendo marginalizadas à medida que novas regiões entram no diálogo global em Direito e História. A tradição alemã de pesquisa em História do Direito tinha, por muito tempo, definido marcos de referência internacionalmente; agora, ela tem de refletir sobre e reagir aos novos sistemas globais de conhecimento que emergiram à luz da revolução digital e da transnacionalização dos sistemas jurídicos e acadêmicos. Se historiadores do direito na Alemanha aceitarem o desafio que essas condições dinâmicas

ABSTRACT: In this article, I review select institutional and analytical traditions of Legal History in 20th century Germany, in order to put forth some recommendations for the future development of our discipline. A careful examination of the evolution of Legal History in Germany in the last twenty-five years, in particular, reveals radical transformations in the research framework: Within the study of law, there has been a shift in the internal reference points for Legal History. While the discipline is opening up to new understandings of law and to its neighboring disciplines, its institutional position at the law departments has become precarious. Research funding is being allocated in new ways and the German academic system is witnessing ever more internal differentiation. Internationally, German contributions and analytic traditions are receiving less attention and are being marginalized as new regions enter into a global dialogue on law and its history. The German tradition of research in Legal History had for long been setting benchmarks internationally; now it has to reflect upon and react to new global knowledge systems that have emerged in light of the digital revolution and the transnationalization of legal and academic systems. If legal historians in Germany accept the challenge these changing conditions pose, thrilling new intellectual and also institutional opportunities emerge. Especially the

4

* Texto original em língua inglesa: DUVE, Thomas. German Legal History: National Traditions and Transnational Perspectives. *Rechtsgeschichte – Zeitschrift des Max-Planck-Instituts für europäische Rechtsgeschichte*, [s. l.], v. 22, p. 16–48, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.12946/rg22/016-048>>. Tradução para a língua portuguesa por Gregório Schroder Sliwka (Mestrando em Direito no PPGDir-UFRGS). Revisão por Alfredo de J. Flores (Prof. Permanente PPGDir-UFRGS). Os termos propositalmente apresentados em língua alemã pelo autor foram mantidos como apresentados na versão em língua inglesa do texto. Alguns termos em língua inglesa também foram mantidos por critério similar.

** Grandes partes do texto seguinte têm por base um artigo a ser publicado na Alemanha na *Kritische Vierteljahresschrift für Gesetzgebung und Rechtswissenschaft* (KritV), 2, 2014 [DUVE, Thomas. Rechtsgeschichte – Traditionen und Perspektiven. *KritV, CritQ, RCrit*. *Kritische Vierteljahresschrift für Gesetzgebung und Rechtswissenschaft / Critical Quarterly for Legislation and Law / Revue critique trimestrielle de jurisprudence et de législation*, [s. l.], v. 97, n. 2, p. 96–132, 2014.]. Esta é uma versão estendida de uma aula dada por ocasião do 100º aniversário da Faculdade de Direito de Frankfurt dentro de uma série de aulas sobre tradições e perspectivas para o estudo do direito, organizada pela Faculdade de Direito e pelo Cluster de Excelência ‘Formation of Normative Orders’ em fevereiro, 2014. Outras partes desta reflexão foram apresentadas em uma conferência proferida em Buenos Aires no *Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho* em abril, 2014, e no *Nantes Institute for Advanced Study* em maio, 2014. Eu sou grato pelas discussões nessas ocasiões. Meu agradecimento especial vai para Lisa P. Eberle por sua tradução e crítica ao texto alemão escrito para a *KritV*, que serviu como ponto de partida para este artigo e, também, para Gita Rajan pela revisão do texto final.

*** Professor Doutor de História do Direito em Perspectiva Comparada na *Goethe-Universität Frankfurt am Main* e membro científico da Sociedade Max Planck desde 2009, ocupando desde 2010 o cargo de diretor no *Max Planck Institute for European Legal History* (atual *Max Planck Institute for Legal History and Legal Theory*).

provocam, novas oportunidades intelectuais e institucionais estimulantes emergem. Especialmente, a transnacionalização do direito e a necessidade de estudos jurídicos transnacionais oferecem fascinantes perspectivas para a história do direito.

transnationalization of law and the need for a transnational legal scholarship offers fascinating perspectives for Legal History.

PALAVRAS-CHAVE: História do Direito. Alemanha. Direito Transnacional. Educação jurídica. História Transnacional.

KEYWORDS: Legal History; Germany; Transnational Law; Legal Education; Transnational History.

SUMÁRIO: Introdução. 1 1914 e 2014: tão longe, tão perto. 1.1 Fundação da Universidade de Frankfurt am Main. 1.2 Estudos jurídicos no fim do período wilhelmiano. 1.3 Compreendendo continuidades. 2. História do direito na Bonner Republik. 3. A História do Direito na Berliner Republik. 3.1 O contexto cambiante da História do Direito na Alemanha. 3.1.1 Estudos jurídicos na Alemanha. 3.1.2 Disciplinas vizinhas. 3.1.3 O sistema de ensino superior e de pesquisa alemão. 3.1.4 O contexto internacional. 3.1.5 A revolução digital. 3.2 Mudanças na História do Direito na Alemanha. 4 Opções Futuras. 4.1 O contexto em mudança da pesquisa histórico jurídica. 4.2 A história do direito e a transnacionalização dos sistemas jurídico e acadêmico. 4.2.1 A História do Direito e a transnacionalização do Sistema Científico. 4.2.2 História do Direito e a transnacionalização do Sistema Jurídico. 4.2.2.1 Direito transnacional. 4.2.2.2 Estudos jurídicos transnacionais. 4.2.2.3 Desafios epistêmicos e teóricos. Conclusão. Referências.

1 INTRODUÇÃO

As condições políticas, institucionais e pragmáticas sob as quais estudos nas humanidades, culturais e nas ciências sociais estão sendo produzidos estão, atualmente, passando por transformações radicais. O mesmo se aplica para o campo do Direito. Por aproximadamente 25 anos, nossa educação superior e nosso sistema de pesquisa, assim como nosso sistema jurídico, têm enfrentado um processo crescentemente dinâmico de transnacionalização, economização e digitalização. Como historiadores da ciência, nós estamos cientes que mudanças nas condições institucionais e pragmáticas da academia tem importantes implicações disciplinares. Perguntas, abordagens, respostas e resultados são todos igualmente afetados. E se essa observação também é verdadeira para a história do direito como disciplina e para nós como historiadores do direito? Como mudaram as estruturas institucionais e intelectuais do nosso campo? O que essas mudanças significam para o futuro de nosso campo de estudo? Quais novas opções estão se abrindo devido a essas mudanças?

No que segue, eu respondo a essas questões da perspectiva de um historiador do direito alemão que se interessa pela disciplina emergente da História do Direito Transnacional. Esse interesse especial, que não é necessariamente compartilhado por todos os meus colegas, e minha própria perspectiva alemã podem, em última instância, enviesar minha análise. Ainda assim, eu estou convencido de que como disciplina, a história do direito se encontra em um tipo de crise e, simultaneamente, em uma situação altamente promissora. A crise é sobre tradições em erosão, enquanto a promessa deriva das configurações institucionais e intelectuais emergentes.

Como sempre, nosso julgamento, sobre onde nós estamos e para onde devemos ir, depende de nossa perspectiva. Mas há necessidade de reflexão.

Este ano é um bom momento para se dedicar à revisão de nossa tradição, do estado atual de nosso campo, e das opções futuras¹, pois, em Frankfurt, nós estamos celebrando a efeméride de um triplo aniversário: a Universidade de Frankfurt (*Goethe-Universität Frankfurt am Main*) e o seu Departamento de Direito fazem 100 anos; o Instituto Max Planck para a História do Direito Europeu (*Max Planck Institute for European Legal History*)**** celebra seu 50º aniversário; e faz um quarto de século desde a queda do Muro em 1989, simbolizando o fim de dois blocos opostos na Europa, que abriu um novo capítulo na política mundial e na história moderna.

Tomando o triplo aniversário como nossa plataforma coletiva, procedo, em quatro passos, a uma rememoração de nossas tradições, seguida pela discussão de tendências que emergem dessa perspectiva de longo prazo. Meu ponto de partida é 1914. Vejo os últimos 100 anos para começar a desenhar os contornos dos estudos jurídicos na Alemanha em 1914 e com intuito de mostrar o valor da perspectiva de longo prazo na história dessa ciência, buscando refletir sobre o futuro da disciplina (seção 2). Depois, vou adiante para debruçar-me sobre a tradição que constituiu a história do direito como disciplina distinta na Alemanha após a Segunda Guerra, tanto durante o que veio a ser designado como *Bonner Republik* – o período do fim da Segunda Guerra Mundial até 1989 (seção 3) – quanto na *Berliner Republik*, que se estende de 1989 até o presente (seção 4). Por fim, concluo destacando alguns desafios que a história do direito enfrenta enquanto disciplina e as tarefas que virão. Nessa parte, defendo trabalhar em direção a uma História do Direito que é consciente de suas tradições e que segue alguns caminhos estabelecidos, mas que, ao mesmo tempo, é aberta às perspectivas transnacionais ou globais na História do Direito, contribuindo para um cenário em evolução dos estudos jurídicos transnacionais (seção 5).

¹ De certa forma, eu estou continuando, com isso, meus trabalhos anteriores na história da historiografia sobre a História do Direito Europeia. Duve (2012; 2013).

**** Nota de tradução: atualmente o citado Instituto se denomina Instituto Max Planck para História e Teoria do Direito (*Max Planck Institute for Legal History and Legal Theory*), conforme já foi mencionado em nota acima.

2 OS ANOS 1914 E 2014: TÃO LONGE, TÃO PERTO

2.1 FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE FRANKFURT AM MAIN

Rememorando os eventos que aconteceram há cem anos, como a fundação da Universidade de Frankfurt a. M., a distância histórica pode quase parecer esmagadora, à primeira vista. O começo dos artigos fundadores da Universidade evoca, por exemplo, um mundo estranho ao leitor moderno: “Nós, Wilhelm, Rei da Prússia, pela graça de Deus queremos dar através de nosso decreto [*Erlass*] de 10 de junho de 1914 o seguinte estatuto à recém fundada Universidade de Frankfurt a. M.”² Mas, na verdade, a Modernidade já tinha alcançado o Império Alemão e fundar a Universidade de Frankfurt foi um passo considerável em direção à modernização da educação superior e do sistema de pesquisa na Alemanha. A Universidade de Frankfurt foi a última universidade fundada pelo imperador, mas durante esse período de reforma no início do século XX, não foi de forma nenhuma um esforço isolado. As razões que motivaram essas reformas eram complexas³. Desde a virada do século, se não antes, membros da elite burguesa estavam se tornando crescentemente convencidos de que só as ciências estavam à altura da tarefa de enfrentar as mudanças históricas do mundo que os envolvia. Ademais, a ciência tinha evoluído em um substancial “*Großbetrieb der Wissenschaft*”⁴. Especialmente no Ocidente, o mercado para pesquisa tinha se expandido consideravelmente, à luz do qual as elites econômicas, políticas e sociais da Alemanha acreditavam que a Alemanha tinha de entrar na corrida científica em competição com outros países. Nas suas opiniões, a Alemanha estava ficando para trás dos Estados Unidos, da França, e mesmo da Noruega, onde instituições como a Fundação Carnegie, o Instituto Pasteur e o Instituto Nobel não só estavam mais bem equipadas, mas eram menores e mais flexíveis que a Academia de Ciência e as universidades na Alemanha. Assim, no advento do século XX, uma série de iniciativas do setor privado foram lançadas com objetivo de aumentar a competitividade alemã em pesquisa. A fundação da *Kaiser-Wilhelm-Society* em 1911, a posterior *Max-Planck-*

² “Wir Wilhelm, von Gottes Gnaden König von Preussen etc., wollen der durch Unseren Erlass vom 10. Juni 1914 neu begründeten Universität zu Frankfurt a. M. die nachfolgende Satzung hierdurch verleihen », Satzung der Königlichen Universität zu Frankfurt a. M. (1914).

³ Para um panorama, ver John (2010); Szöllösi-Janze (2002); Paetschek (2010); Metzler (2010); Schiera (1992, p. 211).

⁴ Essa expressão se tornou particularmente influente através de Harnack (1911).

Society, representou uma dessas respostas às demandas similares da indústria e um passo importante para diminuir essa distância em relação aos outros países. Ela manteve a esperança de que a Alemanha seria capaz de assegurar seu lugar em um mundo de pesquisa que estava se tornando crescentemente internacional⁵. Em resumo, os alemães olhavam com preocupação especialmente para o mundo anglófono, enquanto, ao mesmo tempo, o mundo olhava com ainda mais preocupação para um império que se armava em várias frentes.

Obviamente, os motivos delineados aqui não destacavam apenas as reformas no sistema científico. Um clima reformista geral tinha persistido desde os fins do século XIX – basta pensar na famosa Conferência de Freiburg de Max Weber em 1895⁶. Em 1913 – poucos meses após a fundação da Universidade de Frankfurt –, o historiador prussiano Otto Hintze explicou essa atmosfera de antecipação e medo no seu pronunciamento comemorativo por ocasião do 25º aniversário do reinado de Wilhelm II:

Raramente uma geração sentiu tão fortemente que se encontra no começo de uma nova era quanto a contemporânea. Na tecnologia e no transporte, na arte e na nossa percepção do mundo, na vida econômica, bem como nas relações entre pessoas e estados, mudanças grandes e mundialmente impactantes estão ocorrendo, que, conjuntamente, anunciam uma nova era para a existência da humanidade e também para o nosso povo.⁷

A Universidade de Frankfurt foi estabelecida nesses tempos perturbados e expectantes. O ano de sua fundação não só coincidiu com a explosão da Primeira Guerra Mundial. Sua formação também marcou o fim de uma era e foi parte da transição da *res publica litteraria* para o sistema acadêmico moderno⁸. Ela respondeu a uma burguesia liberal, socialmente sensível e economicamente investida e, como tal, ela foi uma primeira expressão do que veio a ser denotado como “a cientificização do social” no século XX⁹. Organizar a universidade como um fundo – um conceito inovador para uma universidade alemã – objetivava assegurar a

⁵ Nowak (2002, p. 56).

⁶ As palavras de Max Weber (1971, p. 1) em seu discurso inaugural em Freiburg em 1895 são uma expressão enérgica desse sentimento: “Es wird uns nicht gelingen, den Fluch zu bannen, unter dem wir stehen: Nachgeborene zu sein einer politisch großen Zeit – es müßte denn sein, daß wir verstünden, etwas anderes zu werden: Vorläufer einer größeren”.

⁷ “Kaum ist in einem Geschlecht je so stark wie in dem gegenwärtigen die Empfindung lebendig gewesen, dass es am Anfang eines neuen Weltalters steht. In Technik und Verkehr, in Kunst und Weltanschauung, im Wirtschaftsleben wie in den Beziehungen der Völker und Staaten untereinander vollziehen sich große weltbewegende Veränderungen, die in ihrer Gesamtheit einen neuen Abschnitt im Leben der Menschheit und auch unseres eigenen Volkes bedeuten.” (HINTZE, 1913, p. 79)

⁸ Osterhammel (2009, p. 1105). Para mais sobre as influências e mudanças, ver Vom Brocke (1990, p. 84).

⁹ “Verwissenschaftlichung des Sozialen” (RAPHAEL, 1996).

liberdade e a separação do Estado. Em Frankfurt, isso objetivava beneficiar intelectuais judeus, em particular, e a pesquisa sobre as implicações sociais da industrialização. O objetivo expresso dos doadores, especialmente da indústria, era que fossem enfrentadas as questões urgentes do momento. Em particular, o Departamento de Direito da nova universidade ficou encarregado de estudar questões sociais e econômicas¹⁰.

2.2 ESTUDOS JURÍDICOS NO FIM DO PERÍODO WILHELMIANO

O foco sobre as circunstâncias políticas, sociais e intelectuais durante os anos da fundação da Universidade já pode indicar que, apesar da aparente incomensurabilidade entre 2014 e 1914, existem ao menos algumas coincidências surpreendentes entre os diagnósticos globais pré-Segunda Guerra e o atual discurso sobre o sistema científico: hoje, assim como no início do século XX, preocupações circulavam em torno das mudanças dramáticas no mundo devido aos sistemas de comunicação acelerados e ao alcance expandido do comércio internacional, com mercados existentes e novos no palco internacional. As pessoas estavam convencidas – como nós estamos hoje – de que elas viviam em um período de mudança acelerada. O sistema científico estava exposto a mecanismos de mercado transnacionais e a academia alemã buscava formas de manter sua competitividade. Especialmente o mundo anglófono parecia uma ameaça ao papel uma vez principal da Alemanha na academia – não foi por acaso que o *Kaiser-Wilhelm-Gesellschaft*, inspirado pela ‘Royal Society’, foi nomeado dessa forma. Havia iniciativas financiadas por capital privado para pesquisa e transferência de conhecimento da academia à indústria e à sociedade em geral. A ciência, não as humanidades, era vista como o principal motor da transformação no sistema científico. Wilhelm von Humboldt e sua ideia de estudos integrados eram frequentemente citados e intelectuais como Adolf von Harnack ou Max Planck pareciam oferecer a garantia implícita de que as ciências e as humanidades permaneceriam conectadas. Mas o principal objetivo era criar um poderoso sistema científico, como precursor do desenvolvimento econômico. A noção de *Grundlagenforschung*, que expressava a ideia de que a ‘pesquisa básica’ deveria preencher o

¹⁰ Para mais informações sobre a história da Universidade de Frankfurt, ver Hammerstein (1989; 2012), em particular também as notas sobre a reflexão programática do departamento do direito, em Hammerstein (1989, p. 29-30). Sobre o influente pai fundador Wilhelm Merton, ver Roth (2010). Sobre a história dos estudos jurídicos na Universidade de Frankfurt, ver Diestelkamp e Stolleis (1989).

espaço entre as Academias Nacionais de Ciências e as universidades, continua a ser invocada até hoje, não obstante as diferenças semânticas entre o que ela significava inicialmente e para o que ela está sendo utilizada hoje. Os assim chamados três pilares do sistema científico alemão – Academias de Ciências, universidades e instituições de pesquisa independentes – também se originam desse período pré-Guerra. Assim, existem algumas notáveis similaridades estruturais entre o mundo acadêmico em 1914 e em 2014.

Similaridades inesperadas aparecem novamente entre 1914 e 2014 quanto revisitando os estudos jurídicos ao redor de 1914. Uma similaridade encontra-se na crescente consciência da significância do contexto internacional de direitos nacionais. Logo após a explosão da Primeira Guerra Mundial, vários observadores se deram conta de que a guerra também havia sido consequência de profundas transformações que haviam ocorrido nas últimas décadas do século XIX, que, por sua vez, levantaram questões sobre o Estado, suas leis e seus ambientes internacionais – em verdade, ‘planetários’¹¹. Ao mesmo tempo, a Primeira Guerra parecia um corolário necessário para as profundas transformações no sistema estatal¹². Mais fundamentalmente, alguns juristas na Alemanha tinham sérias dúvidas sobre se o curso que tinha sido tomado pelos estudos jurídicos no final do século XIX, com um sistema jurídico que estava tão focado no direito estatal e era baseado em paradigmas liberais, estaria à altura das complexas realidades do mundo emergente. Em seu *Grundlegung der Rechtssoziologie*, publicado em 1913, Eugen Ehrlich observou que “as questões jurídicas mais importantes de nossa era [...] mal existem para os estudos jurídicos”, declarando que o direito não-estatal não era pesquisado devido à visão limitada de diversos juristas, que se abstinham de atender às regras e normas que não afiliadas com o direito estatal, e, em lugar, dedicavam suas energias apenas para o trabalho exegético sobre a legislação. “Tais escritos e tais ensinamentos quase não podem mais ser considerados científicos: eles são apenas uma forma particularmente insistente de publicar leis”, ele escreveu¹³.

¹¹ Na Alemanha, alguns autores escrevem sobre o “planetarische[n] Einstellung des Staatensystems” (SCHMIDT, 1924, p. 164).

¹² Parecia “nur eine unselbständige Episode einer schon ein halbes Jahrhundert zurückreichenden allmählichen inneren und äußeren Umgestaltung des Staatensystems” (SCHMIDT, 1924, p. 175).

¹³ Em alemão: “Die bedeutsamsten juristischen Fragen unserer Zeit [...] sind für die Rechtslehre kaum vorhanden, gewiß nur deswegen, weil sie wohl im Rechtsleben, nicht aber in der Rechtspflege eine große Rolle spielen”; “Eine solche Literatur und ein solcher Unterricht kann kaum noch als wissenschaftlich bezeichnet werden: sie sind eigentlich nur eine besonders eindringliche Form der Publikation der Gesetze.” (EHRlich, 1989, p. 19, 28).

Diversos livros publicados em 1914 selecionados aleatoriamente também confirmam que os estudos jurídicos durante esse período pré-guerra tinham se dedicado aos problemas recorrentes das décadas subsequentes e à produção de uma série de importantes textos que vieram a se tornar pontos de referência significantes para os estudos que animaram debates durante todo o período do século XX: livros como *Grundzüge der Rechtsphilosophie*, de Gustav Radbruch; *Gesetzesauslegung und Interessenjurisprudenz*, de Philipp Heck; *Der Wert des Staates und die Bedeutung des Einzelnen*, de Carl Schmitt; *Science et technique en droit privé positif, nouvelle contribution à la critique de la méthode juridique*, o primeiro de quatro volumes de François Geny; ou – em História do Direito –, *Der deutsche Staat des Mittelalters*, de Georg von Below; *Deutsche Verfassungsgeschichte*, de Fritz Hartung; *Allgemeine Rechtsgeschichte*, de Josef Kohler e Leopold Wenger; e *Le droit des gens et les anciens jurisconsultes espagnols*, de Ernest Nys foram todos publicados em 1914.

Esses livros podem não mais figurar regularmente sobre nossos *syllabus* ou listas de leitura, e várias passagens desses trabalhos podem fazer o leitor atual sorrir ou balançar sua cabeça; algumas afirmações podem até causar revolta. Por exemplo, no prefácio de seu livro sobre o Estado medieval, von Below escreveu que suas investigações entregariam prova do ‘caráter quase-estatal [state-like character]’ da constituição medieval alemã¹⁴ e Joseph Kohler afirmou que “povos primitivos” não estavam necessariamente condenados: adotar a cultura europeia os ajudaria a escapar de seu destino de uma “existência meramente vegetativa”¹⁵. Não obstante esses terríveis preconceitos, nós podemos ver que as questões fundamentais sobre o Estado, sobre o conceito de direito, reflexões sobre a sua universalidade e a busca por uma compreensão do direito em outras sociedades animavam esses acadêmicos. Hoje, nós ainda estamos – ou novamente estamos – nos interrogando sobre várias das questões levantadas nesses trabalhos de um século atrás e redescobrimo a relevância do que havia sido pensado e dito anteriormente.

Assim, não surpreendentemente, o ano de 1914 também viu o início de subdisciplinas e projetos acadêmicos que desde então cresceram em estatura e estão estabelecidos hoje¹⁶: o *Grundlegung der Rechtssoziologie* de Ehrlich se tornou o trabalho fundador da sociologia do

¹⁴ Em Below (1914, p. V do prefácio).

¹⁵ Como os “Maoris auf Neuseeland, welche nicht nur europäisches Wesen angenommen haben, sondern auch in europäischer Weise an der Kultur arbeiten. Soweit sie dies nicht vermögen, werden sie allerdings nur ein vegetatives Dasein führen können [...]” (KÖHLER ; WENGER, 1914, p. 47).

¹⁶ Sobre a emergência de subcampos, particularmente ao redor da Primeira Guerra Mundial, cf. Stolleis (2011a).

direito na Alemanha¹⁷, e, no mesmo ano, 1914, o primeiro número do periódico *Arbeitsrecht* apareceu, uma plataforma acadêmica para a emergente disciplina de Direito do Trabalho, com contribuições importantes de Hugo Sinzheimer, de Frankfurt¹⁸. Para a História do Direito, 1914 foi o ano em que o primeiro volume de *Deutsches Rechtswörterbuch*, um projeto enciclopédico do fim do século XIX, foi publicado. Noventa mil entradas foram desde então adicionadas. Com a data final projetada para 2035, essa aventura acadêmica do século XIX se estendeu bem até o século XXI. Nem tanto o panorama geral, mas segmentos selecionados dele, mostram características que ainda conectam o presente à era Wilhelmina – uma era que, desde a perspectiva atual, parece estranha e remota.

2.3 COMPREENDENDO CONTINUIDADES

Como explicar essas estabilidades aparentes nos estudos jurídicos abrangendo duas Guerras Mundiais e ao menos seis sistemas constitucionais?¹⁹ Pode-se apontar para o fato de que os debates jurídicos do século XX continuaram a referenciar os mesmos textos provenientes do fim do século XIX, como o BGB, o HGB, o StGB e as leis processuais correspondentes. Mesmo hoje, gêneros literários, cursos jurídicos nas universidades e outros modos de criação de conhecimento estão organizados em torno de suas lógicas.²⁰ Até certo ponto, a estabilidade no campo da história pode também ser atribuída aos onerosos e morosos projetos de pesquisa baseados em fontes. Ainda outra razão pode se encontrar na importância da ‘tradição’ para o pensamento jurídico ocidental, com seu método característico baseado no recurso à autoridade. Finalmente, e talvez surpreendentemente, mesmo a trágica adaptabilidade dos juristas e do direito às mudanças de contextos, de tarefas e de alas políticas pode ter contribuído para a estabilidade do sistema jurídico; pois em momentos diferentes do século XX, especialmente

12

¹⁷ Röhl e Machura (2013); Antonov (2013).

¹⁸ Kubo (1995); Blanke (2005).

¹⁹ Bernd Rüthers mencionou que a Alemanha esteve sujeita a seis constituições diferentes durante o curso do curto século XX – a era Wilhelmina, seguida pela República de Weimar; o Estado Nacional Socialista; os poderes ocupantes; a República Federativa da Alemanha (ocidental) e a República Democrática Alemã (RDA, oriental); e a República Federativa da Alemanha fortemente europeizada. Sobre isso, e sobre as mudanças de regime como reflexos da crise simultânea do Direito e entre os profissionais do direito, ver Rüthers (2011). Para uma perspectiva de longo prazo da história da universidade no século XX, ver Grüttner et. al. (2010), em particular a introdução.

²⁰ Particularmente evidente na prática da ‘Kommentarliteratur’, cf. Jansen (2014); sobre as mudanças decorrentes da europeização e da globalização, Callies (2014).

nos anos de 1930 e 1940, muitos juristas empenharam-se para ‘repensar’ conceitos jurídicos, mas quando o repensar falhou, eles simplesmente retornaram às ideias anteriores.²¹ Assim, ‘Weimar’, e o sistema jurídico conectado com sua constituição, continuaram servindo como importantes pontos de referência para os estudos jurídicos pós-Segunda Guerra, abrangendo largos segmentos do século XX.

Mas acima de tudo, essas estabilidades revelam algo que a pesquisa em história da produção do conhecimento e em Sociologia da Ciência claramente retrataram nas décadas recentes, nomeadamente que a criação de conhecimento é um processo inerentemente comunicativo, enraizado em culturas epistêmicas histórica e socialmente condicionadas, e que, como resultado, a criação de conhecimento é um fenômeno de ciclo longo. Várias práticas, que continuam inexplicadas, moldam esse fenômeno – assim como instituições que manifestam processos sociais. Juntas, elas formulam problemas, questionamentos e abordagens acadêmicas. Essas práticas e instituições, em grande medida, também moldam os resultados. Se as condições que impactam a produção de conhecimento continuassem estáveis, também assim ficaria a produção acadêmica resultante. Por contraste, se a modalidade de produção de conhecimento mudasse, o conhecimento produzido como resultado seria igualmente afetado.²²

O que isso significa para analisar nossa disciplina em termos de suas tradições e suas perspectivas? – Muito, creio eu, se nós prestássemos atenção especial ao modo como as instituições ficam estáveis e a como elas se transformam; e se nós continuássemos conscientes da potência das condições de produção de conhecimento em sua habilidade para moldar os resultados da pesquisa: por pura força do hábito, ou devido à resiliência do corporativismo que veio a marcar o sistema acadêmico alemão durante os séculos XIX e XX, ou devido à sua estrutura oligárquica. E se nós também acrescentássemos a isso a estabilidade do ponto estrutural de referência para os estudos jurídicos, das várias coordenadas discursivas, e as abordagens científicas associadas a elas, então nós poderíamos ver que a evolução de uma disciplina como a História do Direito dependeu de diversas circunstâncias contingentes que geraram tanto estabilidade quanto transformação. Assim, em retrospectiva, nós estamos muito

²¹ Ver, sobre isso, especialmente considerando a convocação de Carl Schmitt para repensar o direito, Rüthers (2011, p. 74).

²² Para um panorama, ver a contribuição de Jürgen Renn a este número da Rg [RENN, Jürgen. The Globalization of Knowledge in History and its Normative Challenges. *Rechtsgeschichte - Legal History*, v. 22, p. 52–60, 2014]. Ver, também, Weingart (2003), Stichweh (2003), Nowotny e Scott (2001), Renn e Hyman (2012) e Wendt e Renn (2012).

mais bem posicionados para compreender as razões para a nossa disciplina ser como é hoje. Nós podemos até ser capazes de inferir algumas conclusões das transformações ao longo do intervalo dos últimos cem anos. Nós podemos não ser capazes de prever o futuro, mas nós certamente podemos ganhar clareza em nossas opiniões²³.

3 HISTÓRIA DO DIREITO NA *BONNER REPUBLIK*

Questionamentos são abundantes: quais eram os fatores condicionantes e o contexto institucional para conduzir pesquisas sobre a rubrica de História do Direito na Alemanha? Como essas estruturas mudaram? Quais implicações essas mudanças têm para o curso que a História do Direito tomou na Alemanha? Essas questões serão revisitadas durante minha breve apresentação sobre a *Bonner Republik*, principalmente para considerar a mudança das condições estruturais para a História do Direito na Alemanha no último quarto de século, desde a inauguração da *Berliner Republik* (seção 4). Em vez de entregar um panorama compreensivo da história da nossa disciplina, eu recorro a pesquisas e bibliografia passada²⁴ para apresentar as características destacadas da estrutura institucional que influenciou os estudos histórico-jurídicos no período do pós-guerra, até 1989.

A primeira observação que deve ser feita é sobre o conhecido, mas ainda assim notável fato de que, na Alemanha, desde a parte final do século XIX – um período fundacional para o sistema universitário moderno, que também moldou os estudos jurídicos –, os estudos jurídicos foram essencialmente idênticos aos estudos histórico-jurídicos. Devido à considerável influência da Escola Histórica Alemã, o assim chamado método histórico parecia ser a única abordagem científica aceitável ao direito. Isso havia mudado no início do século XX, também devido aos grandes avanços desses estudos jurídicos históricos, que deram origem às duas ferramentas da Modernidade Jurídica: Codificações e Constituições. Porém, durante o início do século XX, a História do Direito enquanto disciplina ainda abrigava vários traços desse período formativo, na extensão que, mesmo na segunda metade do século XX, historiadores do direito da Alemanha e de outros países germanófonos, como a Áustria e partes da Suíça, continuaram

²³ Ver, sobre esses aspectos, o recente destaque por Stichweh (2014)

²⁴ Ver extensivamente Ogorek (1994). Sumários da história da historiografia jurídica nesse período com referências adicionais também em Caroni e Dilcher (1998), Willoweit (2007a), Stolleis (2012a), Senn (2012) e Duve (2012).

a se organizar como no século XIX, com três subdisciplinas que haviam emergido da Escola Histórica enquanto seu princípio estruturante: *Romanistik*, *Kanonistik*, *Germanistik*. Essas classificações tiveram papel central até em como cátedras e institutos nas universidades vieram a ser designadas, e o fato de que os três ramos da Revista da Fundação Savigny, a revista de História do Direito mais tradicional na Alemanha, mantiveram esta divisão mostra a estabilidade estrutural desse impresso do século XIX. Originalmente derivada dos conflitos ideológicos do século XIX, essa distinção continuou a impactar a alocação de material e recursos simbólicos entre historiadores do direito alemães até a segunda metade do século XX – embora, pelo menos até aquele momento, a maioria dos historiadores do direito já tivesse se dado conta de que essa divisão estava desatualizada do ponto de vista historiográfico.

Estruturando nossa revisão desse princípio organizacional fundamental dos estudos histórico-jurídicos, nós podemos ver que o primeiro dos três, *Romanistik*, foi incontestavelmente o campo mais estabelecido da pesquisa histórico-jurídica no âmbito dos estudos jurídicos do século XIX e foi bem-sucedido em manter sua forte posição mesmo após a Segunda Guerra Mundial – apesar de sua difícil situação e complexo entrelaçamento com o Nacional-Socialismo. Na Alemanha, como em muitos países fora de áreas germanófonas, especialmente na Itália, o Direito Romano e sua história posterior continuaram sendo centrais para a educação jurídica e foram considerados um tesouro único da cultura europeia. O estudo do Direito Romano e sua exegese ainda eram considerados importantes para cultivar a arte e ciência da argumentação jurídica, e, mesmo após a Segunda Guerra Mundial, pesquisadores alemães mantiveram sua forte posição neste campo junto com seus pares italianos e franceses, também devido ao intenso trabalho desenvolvido por estudiosos alemães desde os dias de Savigny, que com o curso do tempo tinham gerado ferramentas indispensáveis para reconstruir a complexa história dessa tradição milenar. Assim, havia uma forte corrente de estudos jurídicos em Direito Romano e sua história bem estabelecida dentro dos departamentos das faculdades de direito, e altamente respeitada internacionalmente.

Em certo sentido, o novo campo *Privatrechtsgeschichte der Neuzeit*, História do Direito Privado na Idade Moderna, que tinha suas origens intelectuais na década de 1930, e era uma invenção estratégica da Alemanha Nacional Socialista, adicionou uma importante dimensão nova a essa tradicional linha de estudos em Direito Romano. Depois da Segunda Guerra Mundial, estudiosos como Helmut Coing e Franz Wieacker vieram a ser vistos como figuras dominantes neste campo. Como um novo campo de estudos, a ‘História do Direito Privado na

Idade Moderna’ abriu caminho nos currículos de ensino e conseguiu se estabelecer na maioria dos departamentos das Faculdades de Direito. Desde a década de 1960, essa *Privatrechtsgeschichte der Neuzeit* se aproveitou da europeização do direito, e se transformou em uma *Europäische Rechtsgeschichte*, História do Direito Europeu. Devido a essas origens, a História do Direito Europeu era especificamente uma história do direito privado erudito (*Gelehrtes Recht*) que tomava a Alta Idade Média e a recepção do Direito Romano como seu ponto de partida e procedia ao estudo do processo de recepção até a era da codificação. Estudiosos nesse campo contavam uma estória de uma crescente cientificização (*Verwissenschaftlichung*), uma história do direito erudito como era ensinado e conceitualizado por juristas na Idade Média e no Início do Período Moderno. Eles focavam nas subsequentes transformações que esse direito sofreu durante as codificações do século XIX e eram bem-sucedidos em representar essas transformações como uma gradual diferenciação dentro de uma tradição comum. Contrariando a narrativa nacionalista dos estudos histórico-jurídicos do século XIX, eles assim contribuíram com sua parte para os esforços de harmonização no contexto europeu de integração política e jurídica começando na década de 1950. Como quase todos os historiadores do direito também ensinavam Direito Civil na universidade e dedicavam ao menos algum tempo ao trabalho chamado ‘dogmático’ no Direito Civil, algumas vezes recorrendo aos seus próprios estudos em História do Direito e Direito Comparado, a imagem que eles desenhavam do passado histórico-jurídico da Alemanha ou da Europa era quase exclusivamente retirada da perspectiva do *ius civile*. E como uma das esperanças dessa virada europeia era identificar e restabelecer características comuns da História do Direito Europeu, como uma reflexão histórico-jurídica a respeito do processo de integração europeia em andamento, a maioria dos textos desse período não estão livres dessa orientação teleológica. A História do Direito Europeu parecia ter levado quase que necessariamente ao sistema jurídico centrado no Estado que vinha se desenvolvendo nos séculos XIX e XX, e parecia um passo lógico trabalhar na extensão desse modelo baseado no Estado-Nação para o nível europeu. O eurocentrismo habitual, as crenças ontológicas e alguns instrumentos tomados do Direito Comparado, como a presunção de similaridade, ajudaram a criar e manter essa narrativa.

Enquanto tal, a História do Direito Privado no Período Moderno assim como a sua irmã, a História do Direito Europeu, significativamente avançaram o estudo da história do direito e dos estudos jurídicos, e elas foram capazes de institucionalizar seus programas através de cátedras universitárias, publicações e materiais de ensino; a fundação do nosso *Max Planck*

Institute for European Legal History [n. trad.: *Max Planck Institute for Legal History and Legal Theory* em 2020] é parte dessa história de sucesso. Ainda que a História do Direito Europeu continuasse ancorada nas tradições intelectuais do período entreguerras, ela encontrou considerável interesse no período pós-guerra, quando a integração, a unificação europeia e a harmonização dos sistemas jurídicos europeus se tornaram os imperativos políticos orientadores. Destacar um passado (jurídico) compartilhado legitimava o empreendimento. Foi também essa europeização que ajudou a salvar posições universitárias reservadas ao Direito Romano e à História do Direito. Ela conectou debates acadêmicos em Direito Civil com métodos históricos e comparativos. Assim, a História do Direito tinha se transnacionalizado muito antes de outros ramos da história o fazerem. De certo modo, até a década de 1980, a conexão próxima entre Direito Privado, pensamento histórico-jurídico e Direito Comparado não tinha desaparecido completamente. Pelo contrário, as novas codificações na Europa Oriental na década de 1990 e as novas dinâmicas da integração europeia no período ampliaram estudos sobre as fundações comuns da cultura jurídica europeia.

17

O segundo campo dessa tríade, a *Kanonistik*, a História do Direito Canônico, sempre foi uma disciplina menor, mas não menos internacional em escopo. Novamente, acadêmicos alemães como Emil Friedberg e Johann Friedrich v. Schulte, do século XIX, e Stephan Kuttner, do século XX, foram as figuras de liderança por grandes partes do século. Vários dos trabalhos autorizados, edições centrais e bibliografias sobre a história do Direito Canônico datam do fim do século XIX e início do século XX. Interessantemente, alguns dos trabalhos mais importantes foram produzidos por acadêmicos protestantes e outros que se mantiveram firmes contra a Igreja Católica Romana. Em paralelo ao que havia acontecido no campo do Direito Romano, acadêmicos da História do Direito Canônico haviam por muito tempo focado sobre o direito como havia sido conceitualizado e ensinado por acadêmicos do Direito, e colocado em prática pelos Papas. Essa convergência entre dois campos de estudo, Direito Romano e Direito Canônico, abriu caminho para disputas sobre a primazia histórica das duas partes centrais do *ius commune* – *ius civile* ou *ius canonicum* –, levantando questões sobre quem inventou qual instituição jurídica. Outros campos do pensamento e produção normativa, como sínodos, a teologia moral etc. foram menos estudados ou mesmo considerados ‘a-jurídicos’, tornando-se prerrogativa dos historiadores da Igreja e dos historiadores da Teologia. Ainda assim, em contraste à pesquisa em história do Direito Romano e suas transformações nas idades medieval e moderna, com o novo campo da História do Direito Privado no Período Moderno como uma

nova disciplina que esticava a expertise dos historiadores do Direito Romano para a Modernidade, a pesquisa sobre a história do Direito Canônico de alguma forma nunca realmente escapou das fronteiras da História do Direito Medieval. Aderência a questionáveis paradigmas como ‘originalidade’ e ‘inovação’, assim como a um conceito de direito herdado do positivismo do século XIX, tinham largamente marginalizado o Direito Canônico do início da Modernidade dentro do campo da disciplina. Os esforços de codificação do século XIX e os desenvolvimentos do século XX foram raramente estudados até recentemente. Uma razão para isso pode ter relação com o grupo de acadêmicos dedicados ao campo, e com a significância do Instituto de Direito Canônico Medieval (posterior *Stephan Kuttner Institute*) – fundado nos EUA na década de 1950 pelo migrante Stephan Kuttner –, que foi posteriormente transferido para Munich e recentemente retornou aos EUA. Como Stephan Kuttner, que foi pioneiro na história do Direito Canônico, o Instituto focou em lançar edições de fontes medievais, especialmente aquelas próximas ao *Decretum Gratiani*, frequentemente visto como o momento crucial na história do Direito Canônico. Como resultado, vários historiadores do Direito Canônico de todo o mundo dispenderam considerável energia editando e interpretando textos das décadas antes e depois de 1140. O escopo desses projetos editoriais, assim como o alto nível de especialização exigido para produzi-los, de certa forma colocou em perigo a base institucional do Direito Canônico nos Departamentos de Direito, Teologia ou mesmo de Direito Canônico. Já na ulterior década de 1980, mais e mais estudos sobre a história do Direito Canônico foram produzidos em Departamentos de História, com poucas exceções notáveis. Com o quase desaparecimento da pesquisa sobre a história do Direito Canônico em Departamentos de Direito, o trabalho acadêmico em problemas centrais como a integração de diferentes modos de normatividade, sobre a relação entre ‘direito’ e ‘religião’ e sobre a importância histórica de instituições religiosas para a formação do sistema jurídico no Ocidente havia perdido sua tradicional estrutura institucional.

Mudanças importantes puderam ser observadas após 1945 também no campo da *Germanistik*. No rescaldo da guerra, seguindo o uso e abuso desse conceito por seus proponentes nacional-socialistas, o estudo das tradições germânicas provou ser um projeto difícil, quase impossível de sustentar. No período pós-guerra, historiadores do direito neste campo começaram a desenvolver interesse matizado em um tipo de recepção que sugeria um renascimento dos métodos de Savigny. A pesquisa sobre ideias medievais a respeito do que contava como direito e fontes do direito se tornou central e era conectada às reflexões sobre

problemas de metodologia. Acadêmicos que não focavam na Idade Média em sua pesquisa usavam a estrutura desenvolvida por Franz Wieacker em seu revolucionário trabalho sobre a história do direito privado na Europa para inquirir sobre a doutrina em direito privado, a história da argumentação e a interpretação no pensamento jurídico, e para estudar as fundações do BGB, o código civil alemão que entrou em vigor em 1900. Nas décadas de 1970 e 1980, acadêmicos começaram a investigar o direito das sociedades industriais e a história do trabalho e do direito comercial. A história social proveu um importante estímulo para a História do Direito. Parecia que a *Germanistik* como tal havia quase desaparecido. Pesquisa sobre os assuntos clássicos foi reorganizada em ordem cronológica para formar uma parte da História do Direito Medieval, ou da História do Direito do Início da Modernidade ou da Modernidade.

Em direção ao fim desse período, nas décadas de 1970 e 1980, nós podemos observar a emergência de novos campos de pesquisa, como a história do Direito Criminal, e da criminalidade, ou do Direito Público e sua ciência. Historiadores do direito se tornaram cada vez mais abertos à pesquisa histórica e às abordagens científicas sociais que se tornaram populares na historiografia nas décadas de 1970 e 1980. Por exemplo: até então, acadêmicos da história do Direito Criminal haviam abordado suas questões de maneira similar aos acadêmicos dos outros ramos do conhecimento jurídico, como uma história do direito criminal erudito. Agora, a cooperação próxima com acadêmicos da história do crime e da criminalidade encorajaram historiadores do direito a integrar fontes arquivísticas do judiciário e de outras instituições jurídicas ao seu trabalho. Tais trocas também envolviam investigações sobre a função social do direito penal, sobre os processos de disciplinamento social e de aplicação da lei. Novas abordagens teóricas ao direito e à sociedade tinham que ser tomadas em consideração. Lentamente, a hegemonia das ideias de Savigny sobre o direito se dissipava. Projetos significantes, alguns em curso até hoje, baseados nos arquivos de tribunais superiores, começaram naquele tempo. Como a História Social, ramos específicos da História do Direito crescentemente se beneficiaram dos bancos de dados eletrônicos.

Questões como a aplicação da lei e o disciplinamento social também foram discutidas no campo emergente da História do Direito Público. Além disso, o prospecto de confrontar o passado nacional-socialista da Alemanha, e o pensamento acadêmico que o havia forjado e acompanhado, impulsionou a necessidade de compreender o Estado e sua fascinante e horrível funcionalidade. Em um certo paralelo, a investigação sobre os estudos jurídicos alemães durante o período nacional-socialista se intensificou nos anos de 1970 e 1980. A História

Contemporânea do Direito (*Juristische Zeitgeschichte*) emergiu como um novo campo de estudo. Em verdade, novos métodos, debates teóricos e novas constelações institucionais entraram na órbita do que sobrava da tradicional *Germanistik*.

Em 1986, a *Rechtshistorikertag*, a conferência anual dos historiadores do direito de países germanófonos sediada em Frankfurt am Main, tanto emblemizou quanto catalisou muitas dessas mudanças. Uma importante inovação era se afastar da divisão estabelecida nas seções de Direito Romano, Germânico e Canônico. Debates intensos sobre método, função e objeto da História do Direito impactaram a disciplina. Discussões contundentes sobre metodologia em História do Direito foram realizadas. No entanto, o contexto intelectual e institucional para inovação tinha ficado para trás. Com a emergência de novos campos de estudo, como o Direito Ambiental, Direito da Comunicação, Direito Europeu, e devido também ao crescente número de estudantes e às lógicas de mercado relacionadas às políticas educacionais de ensino superior, a pressão sobre as matérias fundamentais (*Grundlagenfächer*) em departamentos de Direito tinha se intensificado. Além disso, enquanto nas primeiras décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial as elites acadêmicas geralmente não questionavam as formas históricas de pensar, depois de 1968, as fundações e funções ideológicas da abordagem histórica começaram a ser crescentemente desafiadas. Logo após a década de 1980, o conhecimento histórico não era mais parte do *habitus* acadêmico de um professor de direito médio – um momento decisivo nas decisões do dia a dia sobre alocação de recursos nos departamentos das faculdades de direito. Historiadores do direito eram crescentemente selecionados com base na sua pesquisa em dogmática jurídica atual, geralmente no campo do Direito Civil. Tudo isso tornou a vida mais difícil para os historiadores do direito.

Uma última observação deve ser acrescentada: a maioria da pesquisa nesse período era local, nacional e, às vezes – quando se concentrava em outras ordens jurídicas – comparativa. Embora a História do Direito Europeu tivesse se empenhado para superar as fronteiras nacionais, ela não havia se separado completamente de seus pontos de referência nacionais. Muitos a consideravam um exercício muito alemão, devido à impressão duradoura do conceito de direito desenvolvido dentro da estrutura da Escola Histórica e seu foco veemente no direito erudito e no desenvolvimento de um sistema jurídico no mais estrito sentido. Historiadores do direito frequentemente preservavam a perspectiva ‘eurocêntrica’ em sua análise do mundo. Eles orgulhosamente traçavam influências europeias em contextos não-europeus, indicando uma ‘recepção deficiente’ para afirmar a qualidade superior do sistema jurídico europeu.

Obviamente, mesmo que ninguém expressasse suas ideias da forma drástica que fez Josef Kohler em 1914, muitos ainda assim compartilhariam sua visão subjacente, seja devido ao mero *habitus*, à crença tradicional na singularidade da Europa, ou à aderência às teorias modernizadoras da década de 1970. De certa maneira, essa perspectiva eurocêntrica foi afirmada por acadêmicos e operadores do direito não-europeus (principalmente asiáticos), que reformularam as questões, abordagens e conceitos que eles haviam aprendido com o estudo da História do Direito Europeu na Alemanha, na Áustria ou na Suíça, para modernizar suas próprias instituições, nomeadamente, para reestruturar a História do Direito Japonesa baseados em conceitos desenvolvidos dentro da História do Direito na Alemanha.

Resumidamente, os historiadores do direito nas décadas de 1970 e 1980 testemunharam o que vários analistas da história da *Bonner Republik* demonstraram²⁵, nomeadamente, uma elevada diferenciação intelectual. Historiadores do direito abordaram vários temas e questões novas, desenvolveram novas perspectivas e estiveram crescentemente abertos à colaboração. Embora essas mudanças também tivessem implicações institucionais, como a reforma do *Rechtshistorikertag* ou a fundação de novas revistas (*Zeitschrift für Neuere Rechtsgeschichte*, *Rechtshistorisches Journal*), a produção acadêmica em História do Direito continuou, não obstante, dependente de estruturas organizacionais estáveis: cátedras em História do Direito continuaram dedicadas a uma área do direito moderno, nomeadamente Direito Civil, e continuaram a ser divididas em *Romanistik* e *Germanistik*, ou História do Direito Privado no Período Moderno. E mais, o núcleo de conteúdo do ensino e das avaliações, o conteúdo do que era considerado conhecimento básico em História do Direito, permaneceu, em grande parte, estável.

Há outras estabilidades: a emergência da História do Direito Europeu como uma disciplina não transformou a agenda, ela apenas expandiu uma agenda muito alemã pela Europa. O estado em desenvolvimento e suas leis ainda eram os principais pontos de referência e a História do Direito continuou contando a estória da cientificização do direito, ainda a área em que a reputação acadêmica poderia ser construída e adquirida. Os manuais e enciclopédias centrais também não espelhavam as diferenciações mencionadas: Helmut Coing publicou dois

²⁵ Ver Wirsching e Therborn (2011); Wirsching (2012, p. 19). Para historiografia, ver Raphael (2010, p. 215); para o direito ver os artigos em Simon (1994) assim como Willoweit (2007b). Para considerações endereçando a “desestabilização” nas décadas de 1960 e 1970 e um processo de reestruturação na década de 1980, ver também Prinz e Weingart (1990).

volumes sobre a História do Direito Europeu na década de 1980 e assim prolongou a influência de um programa que em essência tinha se originado no período pós-guerra até boa parte da década de 1990. E apesar de muita inquietação, ninguém foi capaz de produzir um trabalho influente para contestar o manual que Franz Wieacker havia escrito com tanta autoridade, elegância e ambiguidade²⁶. Sua tradução para ao menos dez línguas (para o inglês em 1995), ou a publicação da nova edição da primeira edição da tradução espanhola no ano 2000, novamente prolongou seu impacto até os tempos atuais.

Embora o período que compreende a década de 1960 e o início da década de 1970 tenha sido de crescimento, tanto intelectual quanto institucionalmente, em que numerosas publicações apareceram e muitos subcampos dos estudos jurídicos²⁷ e vários campos experimentaram progresso substancial, nenhuma nova narrativa mestra pôde se estabelecer proeminentemente e nenhum novo consenso sobre método e abordagens foi alcançado. Por contraste, no fim da década de 1980, grandes narrativas tinham, em grande medida, se revelado grandes demais²⁸. Alguns acadêmicos reagiram calmamente a isso; outros ficaram cínicos, mas a maioria simplesmente continuou trabalhando ou mesmo recorreu aos clássicos métodos do século XIX²⁹. “Em grande medida”, um observador afirmou, “a disciplina ajustou suas contas com o fato de que a ideia de uma abordagem comum se tornou obsoleta [...]”³⁰

22

4 A HISTÓRIA DO DIREITO NA *BERLINER REPUBLIK*

Nessa situação de alguma forma difusa, há um quarto de século, o Muro de Berlim caiu e a assim chamada ‘República de Berlim’, a *Berliner Republik*, foi inaugurada.³¹ Obviamente esse foi um momento transcendental para a história contemporânea alemã e europeia. Ele pode ter sido menos decisivo para o mundo não-europeu, mas parece inegável que, após 1989, as transições históricas de longo prazo como a globalização, a digitalização e a economização de nossas sociedades e cultura se tornaram ainda mais pronunciadas. Essas tendências gerais

²⁶ Ver Rückert (1995); e muito criticamente Winkler (2014).

²⁷ Ver especialmente Willloweit (2007b) assim como algumas contribuições em Willloweit (2007a).

²⁸ Ver Rückert (2008).

²⁹ Para um grande rol de posições ver a breve e substantiva revisão por Röhl (1994) e as contribuições em *Rechtshistorisches Journal* (1985); *Rechtsgeschichte* (2003); *Rechtsgeschichte* (2004); Zimmermann (1998).

³⁰ Eles haviam “wohl damit arrangiert, daß die Vorstellung von einer einheitlichen Methode obsolet geworden ist [...]” (OGOREK, 1994, p. 99).

³¹ Sobre a *Berliner Republik*, ver Görtemaker (2009, p. 7); para a importância desse período como ponto de virada e sobre pontos de virada na história geral contemporânea, ver Sabrow (2012).

adquiriram maior relevância na vida cotidiana e seus impactos no direito, na academia e mesmo nos estudos em História do Direito se tornaram inegáveis, como um levantamento da pesquisa em história do direito (4.1) e algumas respostas dentro da disciplina (4.2) mostram.

4.1 O CONTEXTO CAMBIANTE DA HISTÓRIA DO DIREITO NA ALEMANHA

Em vez de oferecer um panorama exaustivo de todos os campos em que essas transformações ganharam influência, eu me concentro nas grandes mudanças em alguns campos que impactaram significativamente as condições da produção de conhecimento. Elas impulsionaram transformações nos estudos jurídicos na Alemanha em geral (4.1.1), na forma como as disciplinas vizinhas enxergam o ‘direito’ e sua história como objeto de pesquisa (4.1.2), no ensino superior e no sistema de pesquisa alemão (4.1.3) e no contexto internacional de pesquisa em História do Direito (4.1.4). Minha análise também inclui algumas deliberações sobre o impacto da assim chamada ‘Revolução Digital’ no nosso campo de estudo (4.1.5)

23

4.1.1 Estudos jurídicos na Alemanha

Olhando para o contexto disciplinar mais imediato para a pesquisa em História do Direito, um desenvolvimento interessante pode ser notado na significância atribuída às ditas matérias fundamentais (*Grundlagenfächer*), como Teoria do Direito, História do Direito e Sociologia do Direito, e às suas situações institucionais. Por um lado, esforços prévios de substituir essas subdisciplinas não cessaram completamente. A integração de novos campos de estudo em Departamentos de Direito, o crescente número de estudantes e as reformas no ensino jurídico que resultaram em aumento considerável da carga de trabalho de professores de faculdade de direito não foram favoráveis àquilo que alguns já consideravam uma preocupação intelectual daqueles que poderiam se dar ao luxo, e que seria, portanto, desnecessária. Assim, o número de cátedras em História do Direito tinha se reduzido significativamente. A presença institucional da Filosofia do Direito, da Teoria do Direito e da Sociologia do Direito nos Departamentos de Direito também se reduziu. Além disso, durante esses anos, a forte ligação entre os estudos de Direito Privado e de História do Direito parecia ter se enfraquecido – apesar de importantes iniciativas, como o *Historischkritischer Kommentar zum BGB*, pensado para

facilitar a adoção de uma abordagem histórica e comparativa no Direito Privado.³² Em resumo, o apoio institucional à História do Direito se tornou precário.

Ao mesmo tempo, uma interessante contra tendência emergiu. Parece haver interesse crescente na introdução de abordagens históricas em campos que previamente eram apenas marginalmente afiliados à História do Direito. E isso é especialmente verdade nos estudos em Direito Público. Nas últimas duas décadas, esse campo inspirou muitos debates acadêmicos em questões fundamentais, como aquelas relacionadas à própria natureza dos estudos jurídicos³³, mas também sobre o conceito de direito, a evolução jurídica, o estado e seu papel dinâmico, sobre globalização e seus impactos na regulação e governança etc. Não seria um exagero dizer que enquanto a maioria do debate importante em método e teoria do direito na *Bonner Republik* tinha se desenvolvido com a fortíssima participação e liderança dos acadêmicos do Direito Privado, na *Berliner Republik*, os acadêmicos de Direito Público tinham assumido um perfil superior no domínio da teoria e do método. Como consequência, estudiosos do direito em campos diferentes do Direito Público não mais limitavam suas considerações históricas às seções introdutórias, e não mais às atribuíam, como foi comum por bastante tempo, um valor meramente ornamental. Ao contrário, as abordagens históricas têm sido vistas como ferramentas valiosas e necessárias para pesquisa – sejam elas de Direito Público mais genericamente³⁴, de Direito Europeu³⁵ ou de Direito Internacional³⁶. A principal razão para tanto pode ser o fato de que acadêmicos dedicados à pesquisa sobre o estado, sua produção legislativa e governança e sobre a emergência de novas estruturas regulatórias têm que confrontar mais forçosamente, nessa hora, questões fundamentais, enfrentando assim transformações que só podem ser compreendidas em uma perspectiva de longo prazo³⁷. Outra razão, intimamente ligada com isso, pode ser o pronunciado interesse na teoria da evolução, sua aplicabilidade ao direito, e a maior sensibilidade aos estudos culturais do direito, que é mais claramente visível no Direito Público³⁸. O crescente impacto da teoria dos sistemas de Niklas

³² Ver, sobre esse projeto, concebido por Joachim Rückert, Mathias Schmoeckell e Reinhard Zimmermann, a introdução no primeiro volume do HKK, assim como o comentário sobre o projeto por Vec (2011a). Para uma apresentação ponderada da tradição alemã nesse campo em inglês, ver Duplessis (2010).

³³ Ver, por exemplo, as contribuições em Engel e Schön (2007) e em Jestaedt e Lepsius (2008).

³⁴ Ver o levantamento em Wahl (2006) e em Funke e Lüdemann (2009).

³⁵ Ver, por exemplo, Schorkopf (2014).

³⁶ Ver, por exemplo, Fassbender e Peters (2012).

³⁷ Para um panorama da situação atual da perspectiva do Direito Público Alemão, ver Vosskuhle e Bumke (2013).

³⁸ Ver Vesting (2007) e Haltern (2012).

Luhmann desde o fim da década de 1980 parece especialmente importante nesse contexto, em razão de seu interesse genuíno em observações de longo prazo. Ao mesmo tempo, muitas teorias do direito que dominaram a academia alemã nos anos 1960 e 1970 e eram historicamente estéreis foram, como a filosofia analítica ou o positivismo jurídico-filosófico, constantemente perdendo espaço³⁹. Em complemento a isso, os novos campos de pesquisa em história do direito que começaram a aparecer na *Bonner Republik*, como a História do Crime e do Direito Criminal, a História do Direito Público e a História do Direito Internacional, mostraram o potencial de um diálogo que se intensifica.

Outra observação, relacionada àquela já mencionada, é de que o objeto dos estudos jurídicos – o *modus* da normatividade que nós qualificamos como ‘direito’ – parece ele mesmo ter experienciado algumas modificações amplamente aceitas dentro dos estudos jurídicos. A época do ‘nacionalismo jurídico’, quando os estudiosos do direito estavam majoritariamente preocupados com os direitos nacionais, praticamente terminou na década de 1990, uma vez que os juristas começaram a responder ao desafio de refletir sobre as ordens normativas de um mundo que não é só dominado por processos regionais de harmonização e integração, como a Europa, mas que também testemunha a formação de uma (nova) ordem normativa em escala global⁴⁰. Isso é mais significativo que o desafio de integrar o direito ‘europeu’ às estruturas nacionais do sistema jurídico e à transformação que esses sistemas sofreram como consequência⁴¹. Assim, especialmente desde o início do novo milênio, os problemas relacionados à formação de ordens normativas e sistemas de tomada de decisão em uma “sociedade global” se moveram das margens para a área nuclear dentro dos estudos jurídicos⁴². Uma razão para isso pode ser vista no crescimento dinâmico do ‘Direito Transnacional’, originalmente vindo da década de 1950, dentro do contexto do Direito Econômico dos EUA⁴³. O terreno desse Direito Transnacional continua a se expandir junto com as mudanças dinâmicas no mundo do direito através da globalização. Muitos juristas sentiram que os estudos jurídicos

³⁹ Para um levantamento dessa situação até a década de 1980, ver Hilgendorf (2005); para a década de 1990 ver Hilgendorf (2008).

⁴⁰ Para uma primeira orientação ver Sieber (2010), Kadelbach e Günther (2011), Grimm (2012) e Berman (2012), assim como os artigos em Schwarze (2008) e Jansen e Michaels (2008).

⁴¹ Ver sobre isso o profundo levantamento de Mangold (2011).

⁴² Ver Bogdandy e Venzke (2014) e Darian-Smith (2013).

⁴³ Em Direito Transnacional, ver o compreensivo panorama em Zumbansen (2012), Cotterell (2012) e Duve (2014a). Também os artigos na edição especial do German Law Journal (2009).

na Alemanha tinham de responder a isso, um ponto que eu revisitarei na seção 4.2.2, pois ele oferta um rico campo de reflexão para a História do Direito⁴⁴.

Essa transnacionalização do direito desafia os estudos jurídicos a refletir sobre os fundamentos do direito e de outras formas de normatividade. Por exemplo, acadêmicos preocupados com o problema da legitimidade de ordens globais discutem, hoje, se e como uma democracia normal pode funcionar⁴⁵, como pode ser a aparência de uma ideia intercultural de justiça⁴⁶, se e como se pode sincronizar conceitos ocidentais como o ‘império do direito’ com outras ideias, como a de “harmonia”⁴⁷, e se uma “metalinguagem jurídica” existe, pela qual nós podemos comunicar a normatividade efetivamente, apesar das diferenças culturais⁴⁸. Acadêmicos estão tentando analisar a emergência de uma nova ordem mundial, perguntando se ela pode ser compreendida dentro do escopo da doutrina tradicional que emergiu a partir do paradigma estatal⁴⁹. Vários desses debates dependem de considerações históricas, seja porque eles adotam uma perspectiva evolucionista, porque eles tentam rastrear um processo histórico de “sedimentação”⁵⁰, ou porque eles investigam prospectivamente sobre o “efeito de gotejamento [trickle-down effect] das normas internacionais em ordens jurídicas domésticas”⁵¹. Em veio similar, discussões sobre a emergência de ordens sociais isomórficas por imitação local de modelos globais são também ao menos parcialmente baseadas em pesquisa em História do Direito⁵². Assim, esses autores discutem normatividade em termos de diferenciação, hibridização, reprodução, tradução ou amalgamação, para nomear algumas poucas modalidades usadas para analisar a evolução do direito ao longo do tempo⁵³. De forma similar, os debates sobre governança global e governança em regiões com soberania estatal fraca ou incompleta dependem fortemente da expertise histórica⁵⁴, e importantes teóricos da globalização, como Saskia Sassen, argumentam que uma perspectiva histórica é a chave para entender o processo

⁴⁴ Ver, sobre essa ‘internacionalização’ dos estudos jurídicos na Alemanha, Jestaedt (2012), Stürner (2012) e Vogel (2012). Contribuições interessantes também em Hof e Olenhusen (2012), Chiesa e De Luca (2009) e Leibfried e Möllers (2006).

⁴⁵ Kriesi (2010).

⁴⁶ Sen (2009).

⁴⁷ Mindus (2012).

⁴⁸ Günther (2001) e Günther (2008).

⁴⁹ Ver, sobre isso, Glenn (2013) e a revisão sobre Glenn por Schuppert neste número [SCHUPPERT, Gunnar Folke. The Cosmopolitan State. *Rechtsgeschichte - Legal History*, [s. l.], v. 22, p. 294-301, 2014].

⁵⁰ Tuori (2002).

⁵¹ Cassese (2012, p. 665).

⁵² Meyer (2005).

⁵³ Ver, sobre isso, Duve (2014c).

⁵⁴ Ver, e. g., Conrad e Stange (2011).

de globalização⁵⁵. Como o teórico do direito finlandês Kaarlo Tuori colocou recentemente, o direito e os estudos jurídicos agora parecem ser “empreendimentos profundamente históricos”⁵⁶. Adicionalmente à relevância e aos múltiplos benefícios de compreender a formação de ordens normativas de uma perspectiva diacrônica, e independentemente de como uma sociedade global é imaginada, muitos acadêmicos enfatizam que as diferentes ordens normativas presentes na sociedade global atualmente podem ser integradas apenas por uma reflexão sobre as dependências de trajetória, de uma perspectiva histórica, portanto⁵⁷. É interessante notar, nesse contexto, que alguns desses acadêmicos dedicados a melhor compreender essas ordens normativas emergentes em escala global estão interessados na comparação entre ordens jurídicas pré e pós-modernas⁵⁸. E em razão também do colonialismo europeu, esse diálogo entre as ordens normativas europeia e de outras áreas também precisa ser acompanhado por uma reflexão histórica sobre o passado, e seu impacto em estruturas de poder que ainda moldam o presente⁵⁹. Para resumir, há uma crescente conscientização sobre a historicidade de nossas ordens normativas, sobre os *insights* que podem ser obtidos a partir de perspectivas históricas e sobre a necessidade de enquadrar o crescente diálogo intercultural através da reflexão histórica – e, assim, há um sentimento generalizado da necessidade de pesquisa em história do direito. Como a maioria dos participantes nesses debates não é de historiadores do direito e precisa recorrer à pesquisa desenvolvida por outros, historiadores do direito devem responder a essa exigência.

27

À luz dessas transformações fundamentais no campo do direito, não deveria ser uma surpresa que, em julho de 2012, o Conselho Alemão para as Humanidades e Ciências (*Wissenschaftsrat*) recomendou que os estudiosos do direito na Alemanha aprofundassem a internacionalização e fortalecessem as matérias fundamentais (*Grundlagenfächer*), demandando maior integração da Sociologia do Direito, da Teoria do Direito e da História do Direito com a assim chamada ‘dogmática’⁶⁰ – uma tarefa desafiadora tanto intelectual quanto institucionalmente.

⁵⁵ Sassen (2006).

⁵⁶ Tuori (2011, p. 44).

⁵⁷ Ver, e. g., a explicação em Teubner (2012, p. 225) e especialmente p. 242 sobre as colisões interculturais.

⁵⁸ Stolleis (2008) e Duve (2011).

⁵⁹ Ver apenas como exemplo Santos (2010); sobre a necessidade de uma dimensão histórica em diálogos transnacionais, ver Assmann (2013, p. 142).

⁶⁰ Wissenschaftsrat (2012).

4.1.2 Disciplinas vizinhas

Parece haver um interesse crescente por pesquisa histórico-jurídica também fora do campo dos estudos jurídicos. Durante os últimos 25 anos, algumas disciplinas vizinhas também passaram por mudanças que tiveram poderosas implicações sobre como elas enxergam a História do Direito. Novamente, eu vou me limitar a pontos chave.

Primeiramente, parece-me que os historiadores estão crescentemente interessados em questões e problemas conectados ao direito⁶¹. As razões para isso são variadas: a virada linguística das décadas de 1980 e 1990, uma história das ideias e dos conceitos renovada, e um crescente interesse em práticas institucionais e seus impactos na sociedade aumentaram a sensibilidade de historiadores ao efeito que o direito tem na vida social. Devido ao aumento nessa interação desde a década de 1970, a História ‘Geral’ e a História do Direito estão descobrindo mais pontos de convergência dentro de seus respectivos campos de estudo, assim como em teorias e métodos. Recentemente, a emergência da história do conhecimento contribuiu ainda mais para o embaçamento das fronteiras disciplinares⁶². Em contraste, a tradicional História Social, que focava em estruturas e que uma vez enxergou o direito como mero epifenômeno, está recuando de sua posição desde a década de 1990. Não poucos historiadores sociais parecem ter mudado sua atitude a respeito da importância do direito, descobrindo sua significância como uma força social relativamente autônoma. Um comentário por um recentemente falecido historiador social alemão, Hans Ulrich Wehler, na conclusão ao seu monumental *Deutsche Gesellschaftsgeschichte* é emblemático desse desenvolvimento. Em retrospectiva ao seu trabalho em 2008, ele comenta que claramente subestimou a significância do direito⁶³.

Para além dessa abertura no campo da História, parece haver um crescente interesse pelo direito e sua história também de acadêmicos em outras partes das Humanidades, Estudos Culturais e Ciência Sociais. Alguns estudiosos do direito têm retribuído o interesse disciplinar e estão decididamente abertos e receptivos aos discursos dessas disciplinas⁶⁴. Novamente, se uma vez o direito foi visto simplesmente como uma variável dependente, ou à serviço da

⁶¹ Embora essa ainda possa ser uma relação difícil às vezes. Ver Hedinger e Siemens (2012) e Siemens (2012).

⁶² Wissenschaftsrat (2012).

⁶³ Wehler (2008, p. 421).

⁶⁴ Para um panorama, ver Van Klink e Taekema (2011).

formulação de discursos imperiais e hegemônicos, mais recentemente, acadêmicos expressaram grande interesse na “relativa autonomia” do direito e de outras esferas normativas e perguntaram sobre seu lugar na ação social⁶⁵. Por exemplo, cientistas sociais como Bruno Latour mobilizaram métodos etnográficos para o estudo do direito de formas que teriam sido impensáveis no auge do estruturalismo da década de 1970⁶⁶. Na ciência política, o direito se tornou um importante tema para pesquisa em governança – um problema que também preocupa estudiosos do direito. Antropólogos que podem se valer de uma longa tradição de estudos de diferentes aspectos do direito, mas não se dedicaram ao direito em si, estão crescentemente interessados no direito e sua história – “[h]á muito a ganhar se aprofundando na história do direito”, escreveu recentemente a antropóloga do direito Fernanda Pirie⁶⁷. E nos últimos anos, acadêmicos da assim chamada *General Jurisprudence* – em uma tentativa de conceber algum tipo de doutrina jurídica para uma sociedade global – se aproximaram de várias abordagens para performar uma análise transcultural dos modos de normatividades ou para adotar múltiplos modos de resolução de conflitos que antropólogos desenvolveram, combinando isso com reflexões históricas sobre as razões implícitas para os processos de diferenciação e convergência⁶⁸.

29

Em resumo, o interesse no direito, e, falando de modo abrangente, na normatividade, esteve em crescimento em várias disciplinas não tradicionalmente ligadas à História do Direito. Ainda assim, esse interesse crescente nos resultados da pesquisa em história do direito não está livre de riscos. Nós buscamos internacionalizar diálogos e abrir discursos disciplinares, o que significa que acadêmicos de diferentes disciplinas e áreas crescentemente fazem uso de teorias e métodos que podem não mais estar enraizados em uma única disciplina, mas sim rapidamente espalhados sobre várias áreas e disciplinas. Assim, às vezes, a comunicação acadêmica acontece não tanto seguindo linhas disciplinares, ou mesmo através de disciplinas, mas, sim, seguindo tendências de moda que estão frequentemente apenas superficialmente aplicadas às exigências do campo específico de alguém. Além disso, nós estamos gastando mais e mais tempo com diálogos interdisciplinares, tempo que nós não temos para nosso trabalho disciplinar. Enquanto essas trocas interdisciplinares podem ser excitantes, existem algumas armadilhas ao longo do

⁶⁵ Na teologia, ver os artigos em Welker e Etzelmüller (2013).

⁶⁶ Latour (2010).

⁶⁷ Pirie (2013, p. 15); ver também Moore (2001) e Benda-Beckmann e Benda-Beckmann (2009); mas pouco na antropologia sociocultural germanófona, Bollig (2013).

⁶⁸ Twining (2009).

caminho. Pois mesmo que cânones e tradições forcem o isolamento disciplinar e requeiram revisão persistente, construí-los é vital para a existência contínua de disciplinas científicas. Erodir fronteiras disciplinares pode ser inspirador, mas isso pode ter consequências negativas para como o sistema através do qual a pesquisa está sendo organizada funciona: formas estabelecidas de seleção de problemas relevantes, a formação e transformação de cânones disciplinares de conhecimento e teorias não podem funcionar sem estruturas disciplinares específicas. O mesmo se aplica a mecanismos de socialização, estruturas de carreira, sistemas de controle de qualidade e formas de atribuir reputação. Eles são todos necessários para uma disciplina funcionar e derivam das tradições disciplinares tanto quanto das estruturas nacionais. Como nós podemos fazê-los funcionar em um mundo de fronteiras disciplinares crescentemente porosas, cuja complexidade o fenômeno das práticas acadêmicas transnacionais aumenta ainda mais? Como nós podemos assegurar seu funcionamento em um mundo em que estruturas nacionais estão sendo enfraquecidas, abrindo espaço para comunidades acadêmicas transnacionais? – Obviamente, estruturas institucionais novas e adequadas são necessárias. Alguns dos riscos típicos da ‘globalização’, como a ‘anglicização’ dos discursos, a perda de tradições e então da pluralidade analítica, e no fim também uma perda de profundidade, enraizamento e intensidade de conhecimento perceptível, está ameaçando até uma disciplina acadêmica pequena como a História do Direito.

30

4.1.3 O sistema de ensino superior e de pesquisa alemão

Essas observações inevitavelmente levam a um terceiro campo de observação, nomeadamente das mudanças na educação superior e no sistema de pesquisa alemão. Aqui, a *Berliner Republik* introduziu um conjunto específico de reformas estruturais na alocação de recursos dentro do sistema. Muito do que foi dito a respeito da porosidade das fronteiras disciplinares e da transnacionalização dos discursos tem suas raízes nessas reformas que pressionaram pela internacionalização e por uma maior abertura para a pesquisa interdisciplinar.

Novamente, só posso destacar alguns aspectos⁶⁹.

⁶⁹ Para um resumo do ponto de vista do Conselho Alemão de Ciência e Humanidades (*Wissenschaftsrat*), ver *Wissenschaftsrat* (2012) e *Wissenschaftsrat* (2013). As observações sobre as novas unidades organizacionais nas

Os estudos jurídicos já começaram a sentir as consequências dessas reformas de maneiras bastante concretas, especialmente no campo do ensino jurídico⁷⁰. De maneira geral, as décadas de 1990 e 2000 viram um aumento no número de estudantes de direito, reformas no currículo, aumento da carga de trabalho e menor liberdade (e dinheiro e prestígio social, se pode adicionar) para professores, assim como uma redução da duração dos cursos universitários para estudantes⁷¹. A propósito, a reunificação alemã não gerou alternativas inspiradoras, embora alguém possa ter pensado que esse seria o caso⁷².

Um desenvolvimento importante é que, dentro do sistema de ensino superior e pesquisa alemão, nas últimas duas décadas, houve uma guinada em direção às ‘Universidades de Ciências Aplicadas’, conhecidas na Alemanha como *Fachhochschulen*. Essas *Fachhochschulen* são as instituições mais orientadas para a prática no ensino superior, que não são tradicionalmente focadas em pesquisa. De acordo com um relatório emitido pelo Conselho Alemão para as Humanidades e Ciências, o número de professores de direito nessas universidades dobrou nos últimos onze anos e o dinheiro gasto em ensino jurídico também cresceu 45% no mesmo período, de forma que hoje um terço de todos os professores de direito na Alemanha ensina em Universidades de Ciências Aplicadas, enquanto 8.7% de todos os estudantes estão matriculados lá. Esse desenvolvimento, e a vontade política que o perpetua e fomenta, representam um desafio não apenas para as matérias de base. Por um lado, à medida que o número de graduados em direito nas Universidades de Ciências Aplicadas aumenta, cada vez menos juristas terão recebido um ensino jurídico que incluiu ao menos algumas perspectivas sobre os aspectos fundamentais do sistema jurídico, e observações de um ponto de vista não-prático. Isso é indubitavelmente uma tendência negativa, especialmente se for uma função chave dos estudos jurídicos observar e refletir criticamente sobre o sistema jurídico. Assim, nós teremos cada vez menos observadores críticos, e cada vez mais práticos. De outro lado, a diferenciação interna dentro do ensino jurídico que esses desenvolvimentos encorajam também oferece grandes oportunidades de fortalecer as matérias fundamentais, internacionalizar pesquisa e ensino, e reduzir a distância entre esses âmbitos – dado, é claro,

ciências no relatório da *Stifterverband für die deutsche Wissenschaft e.V.* também são informativas (REICHART; WINDE, 2012).

⁷⁰ O Conselho Alemão de Ciência e Humanidades oferece um resumo sobre os desenvolvimentos em suas recomendações: Wissenschaftsrat (2012).

⁷¹ Para o debate da reforma nos anos 2000, ver KritV (2007), KritV (2009) e Güldemund e Keller (2012), assim como as contribuições em Hof e Olenhusen (2012).

⁷² Ver Wissenschaftsrat (1991).

que as Universidades usem vigorosamente essa oportunidade para se diferenciar das Universidades de Ciências Aplicadas. Também poderia ser uma oportunidade para fortalecer o caráter acadêmico do ensino jurídico nas universidades, que foi severamente afetado pelas reformas introduzidas nas últimas décadas. Assim, as universidades não devem responder nivelando por baixo o currículo, para serem competitivas. Pelo contrário, elas devem buscar o crescimento das modalidades acadêmicas de ensino superior de pós-graduação e dos campos menos profissionalizantes de ensino e pesquisa, uma vez que as Universidades de Ciências Aplicadas não dispõem de recursos intelectuais e institucionais para tanto.

Outra – e ainda mais importante – mudança durante a *Berliner Republik*, com vastas implicações, foi que cada vez mais recursos dentro do sistema de ensino superior e pesquisa começaram a ser alocados por critérios competitivos⁷³. Em geral, essa mudança levou a um orçamento mais apertado para o trabalho cotidiano e a um significativo aumento no financiamento por terceiros. Apenas entre 2000 e 2010, o financiamento de terceiros por cátedra nos departamentos de direito alemães dobrou. Agora, ele está em 34.000 euros por ano [por cátedra]. Enquanto tal, é consideravelmente menor que o financiamento de terceiros médio que professores nas humanidades e em estudos culturais receberam, que está em 56.000 euros por ano [por cátedra]. Ademais, os professores de direito tiveram menos sucesso em levantar fundos adicionais da Fundação de Pesquisa Alemã (DFG). Entre 2003 e 2011, o financiamento total que os departamentos de direito foram capazes de atrair todo ano só cresceu 18%, de 5,9 para 7 milhões de euros⁷⁴. Essa discrepância no financiamento por terceiros da Fundação de Pesquisa Alemã, e de outras fontes, aponta para uma questão crucial a respeito da autonomia dos estudos jurídicos e da pesquisa e merece reflexão e análise cuidadosa no futuro⁷⁵. Para o momento, no entanto, uma observação é mais importante: a História do Direito claramente se beneficiou dessa mudança na alocação de recursos. Já que apesar da perda de cátedras dedicadas à História do Direito em muitas universidades, os historiadores do direito estão envolvidos em uma série de projetos de pesquisa conjuntos com historiadores que dependem de financiamentos de terceiros. Em outras palavras, eles tomam parte de e se beneficiam das maiores somas de financiamento que os acadêmicos nas Humanidades e nos Estudos Culturais foram capazes de

⁷³ Para um panorama sobre os números, ver o relatório do Conselho Alemão para as Ciências e Humanidades: Wissenschaftsrat (2013).

⁷⁴ Wissenschaftsrat (2013, p. 14-15).

⁷⁵ Ver também as observações apontadas por Fischer-Lescano (2012) mas também os artigos em KritV (2007) e KritV (2009), especialmente Albrecht (2009).

atrair. Já que as disciplinas vizinhas estão crescentemente interessadas no Direito, esses projetos de pesquisa conjuntos aprofundaram trocas interdisciplinares e conduziram a um crescimento significativo na profissionalização dos historiadores do direito. Vários projetos de pesquisa importantes não poderiam ter sido conduzidos sem esses novos tipos de financiamento de projetos específicos. No entanto, a integração dos historiadores do direito nesses projetos interdisciplinares também ameaçou sua relação com o Direito – a disciplina com a qual eles estão mais proximamente vinculados. Os historiadores do direito estão, agora, mais aptos a se engajar com acadêmicos em outros campos em vez de com colegas em seus próprios departamentos. Esse desenvolvimento não estimula a causa de integrar as matérias fundamentais, como a História do Direito, em outros campos de pesquisa jurídica. Ademais, ele também ameaça a continuidade institucional da História do Direito em departamentos de Direito; pois diferentemente de outras disciplinas, em que a interdisciplinaridade frequentemente falha porque os acadêmicos são relutantes a perseguir questões, métodos e perspectivas diferentes, historiadores do direito têm o problema oposto: ao trabalhar crescentemente com historiadores, eles estão em perigo de afrouxar seus vínculos com os estudos jurídicos. Assim, o trabalho interdisciplinar pode ser contraproducente, pois ameaça prejudicar as condições de existência da disciplina⁷⁶. Isso pode inclusive resultar em perdas para a interdisciplinaridade, caso a História do Direito venha a desaparecer dentro dos departamentos de direito, e se dissolva dentro de departamentos de História. A História do Direito é interdisciplinar por definição, uma interdisciplinaridade sustentada por sua integração institucional aos departamentos de Direito.

Finalmente, com a internacionalização das universidades, ainda outra mudança significativa ocorreu dentro do sistema acadêmico alemão, com múltiplas implicações para o estudo do direito. A vontade política para esse desenvolvimento provavelmente persistirá. Em uma de suas convenções, os presidentes das universidades alemãs proclamaram que a universidade do futuro seria uma universidade transnacional⁷⁷. Similarmente, o Conselho

⁷⁶ Sobre interdisciplinaridade, ver Weingart (2014).

⁷⁷ Ver sobre isso a Conferência ‘Internatinoal Strategy of the German Rectors’, ‘Resolutions by the 4th General Assembly of 18 November 2008’, publicada em Hochschulrektorenkonferenz (2012): “A universidade do amanhã é uma universidade transnacional. Essa é a teoria apresentada pela Conferência dos Reitores Alemães (HRK) como parte da sua Estratégia Internacional. Ela é baseada na convicção de que uma universidade sustentável e orientada para o futuro deve se perceber como uma parte criativa de uma comunidade acadêmica global em desenvolvimento em todo elemento concebível de seu trabalho, e deve atuar de acordo. Dessa forma, em todas as suas atividades, as universidades precisam responder às consequências da globalização dentro do ensino, aprendizado e pesquisa.”

Alemão para as Humanidades e Ciência destacou a importância dessa política para as universidades de modo geral e sublinhou sua significância particular para o estudo do direito⁷⁸. Novamente, essa futura ‘transnacionalização’ da academia é uma mudança na política de pesquisa que a História do Direito deve considerar; vou abordar esse ponto mais tarde (4.2.1).

4.1.4 O contexto internacional

Essa ‘transnacionalização’ da academia nos leva a um outro conjunto de transformações relevantes para a História do Direito: o contexto internacional dinâmico da pesquisa histórico-jurídica.

Como eu tentei demonstrar em meu panorama da História do Direito na Alemanha, durante os anos da *Bonner Republik* até a década de 1980, os historiadores do direito alemães foram vistos como líderes em um campo que tinha nascido do movimento intelectual do século XIX, a Escola Histórica Alemã, e sua repercussão. Os acadêmicos alemães uma vez moldaram os métodos, abordagens e questões em nível internacional. De fato, no fim do século XIX e ao longo de boa parte do século XX, o conceito alemão de História do Direito serviu de modelo em muitos lugares ao redor do mundo. Muitos acadêmicos trabalhando fora da Alemanha basearam-se nos trabalhos de pesquisadores alemães para formular as histórias do direito de seus próprios países. Os questionamentos e as abordagens desenvolvidas na tradição alemã e dentro de uma tradição ‘muito alemã’ de História do Direito Europeu foram aplicados para suas próprias histórias do direito.

Ao longo das últimas décadas, uma variedade de fatores transformou radicalmente essa situação. Deixem-me mencionar apenas alguns deles: o alemão deixou de ser uma linguagem internacional para pesquisa acadêmica e publicação; o direito anglo-americano está em crescimento no nível internacional, o que significa que mais acadêmicos estão interessados em sua história; as práticas de publicação mudaram substancialmente; a Europa se tornou uma região global ao lado de outras – um fenômeno que teve seus próprios efeitos historiográficos. Especialmente os livros publicados em e para o mundo anglófono refletem essa mudança. Um exemplo pode ser *The Oxford International Encyclopedia of Legal History*⁷⁹. Publicado

⁷⁸ Wissenschaftsrat (2012) e Wissenschaftsrat (2013).

⁷⁹ Disponível online como parte da Oxford Reference (<<http://www.oxfordreference.com/>>).

impresso em 2009⁸⁰, o conteúdo desse trabalho de referência é agora parte de uma plataforma de informação chamada ‘Oxford Reference’, que traz conjuntamente 2 milhões de entradas digitais. Embora sem dúvida seja uma importante fonte de informação para a pesquisa global, o alcance e a cobertura do conteúdo não são muito encorajadores para os historiadores do direito alemães. A entrada sobre a Alemanha cobre cinco colunas⁸¹, enquanto os editores alocaram 130 colunas e muitas subentradas para a China e o Direito Chinês⁸². Embora essa repartição possa corresponder aproximadamente às relações entre as populações dos dois países, ela não reflete a antiga posição dos historiadores do direito alemães, nem a nossa autopercepção. Ainda, essa distribuição é a consequência de uma decisão editorial para descrever a História do Direito Europeu sob a entrada *Medieval and post-medieval Roman Law* e para ver isso entre as outras várias entradas, como *Chinese Law*, *English Common Law*, *Hindu*, *Islamic*, *South Asian*, *African*, *Latin American* e *United States Law*⁸³. O mesmo podemos ver na estrutura dessas subentradas, por exemplo, a entrada em *Marriage*. Diferentemente do Direito Chinês, Hindu ou Grego Antigo, o leitor interessado em *Marriage Law* na tradição europeia deve ler diversas entradas e subentradas para encontrar alguns resultados⁸⁴. Assim, enquanto o catálogo do *Max Planck Institute for European Legal History* atualmente lista 2409 entradas identificadas como ‘Eherecht’, *Marriage Law*, *The Oxford International Encyclopedia of Legal History* comprimiu essas centenas de contribuições relacionadas à história do direito de casamento no continente europeu em algumas poucas subentradas que são colocadas entre os grandes blocos relacionados aos Direitos Chinês, Islâmico e Hindu.

Para assegurar, a importância desse trabalho de referência não pode ser exagerada. Projetos como esse são guiados por interesses comerciais. E existem boas razões para acreditar que a qualidade da *Encyclopedia* sofreu de várias maneiras devido apenas a isso⁸⁵. No entanto, as atitudes refletidas na estrutura da *The Oxford International Encyclopedia of Legal History* não são uma exceção. Elas simplesmente correspondem a uma orientação em direção a novos

⁸⁰ Katz (2009).

⁸¹ Katz (2009, v. 3, p. 117).

⁸² Katz (2009, v. 1, p. 399).

⁸³ Katz (2009, v. 1, p. xxi prefácio).

⁸⁴ “Esta entrada contém cinco subentradas, sobre casamento no direito grego antigo, no direito chinês, no common law inglês, no direito islâmico e no direito hindu. Para discussões do casamento no direito romano antigo, ver Pessoas, subentrada em Direito Romano. Para discussão do casamento no direito romano medieval e pós-medieval e no direito estadunidense, ver Família, subentradas Direito Romano Medieval e Pós-medieval e Direito Estadunidense.” Introdução ao artigo “Marriage” (KATZ, 2009, v. 4, p. 152).

⁸⁵ Crítico sobre essa enciclopédia: Osler (2010).

mercados, para os quais esses trabalhos de referência são arquitetados, e como tal, eles refletem a entrada de novas regiões que estão interessadas em história do direito.

De fato, as últimas décadas viram o fortalecimento e desenvolvimento de novas comunidades de historiadores do direito ao redor de todo o mundo que praticam História do Direito de uma maneira radicalmente diferente daquela como é tradicionalmente feita no mundo germanófono. Embora cada vez mais se testemunhe vivos debates entre historiadores do direito nos EUA, seus tópicos e questões, assim como os contextos institucionais em que seus debates acontecem, obviamente são diferentes da tradição alemã. Há duas décadas, na China e em outros países da Ásia, os esforços de reforma política, e a legitimação histórica que eles buscaram, revigoraram o campo da História do Direito. Hoje em dia, a História do Direito Chinês está se tornando um campo crescentemente vivo de pesquisa dentro e fora da Ásia, na verdade em tal alcance que agora alguns acadêmicos já proclamam uma “Nova História do Direito” do Direito Chinês, uma clara manifestação de diferenciação e, portanto, crescimento⁸⁶. Também a América Latina desenvolveu sua própria tradição viva de História do Direito que combina cuidadosa pesquisa em arquivo com ambição teórica. Nessa região, comparativamente menos acadêmicos mostraram, historicamente, interesse na “tradição alemã” de História do Direito, embora com exceções notáveis. Ao contrário, uma linha emergente de História do Direito combinou História do Direito e História Social para formar um campo inovador de História da Justiça. Hoje, em países como Argentina, Brasil, Chile, México e Peru, acadêmicos investigam as histórias do direito de seus próprios países, com um foco especial nas disfunções nacionais da importação de normas. Eles investigam as condições de criação de uma sociedade justa e as limitações históricas para isso. Assim, nós já estamos testemunhando de alguma forma o que em alguns campos dos estudos globais se proclama como objetivo: uma certa descentralização da pesquisa e uma emancipação das categorias, tópicos e práticas europeias.

Obviamente, descentralização epistêmica é um objetivo importante – e um grande desafio. Mas antes de refletir sobre isso, vamos perguntar o que isso significa para os historiadores do direito alemães. Em primeiro lugar, é uma enorme inspiração para o nosso trabalho. As questões que historiadores do direito dessas tradições diferentes fazem podem não corresponder ao nosso conjunto de questões. Mas historiadores do direito, especialmente em áreas como Ásia, América Latina ou África, enfrentam grandes tópicos, como o direito sob

⁸⁶ You (2013).

condições de soberania limitada ou incompleta, pluralismo jurídico ou desafios de diversidade. Mesmo que as experiências que motivaram esses historiadores do direito possam ser estranhas aos acadêmicos alemães, as questões e *insights* a que eles chegam poderiam também se tornar crescentemente relevantes na Alemanha e na Europa. Como em outras áreas do conhecimento, uma troca com a assim chamada “Teoria do Sul” guarda muito potencial⁸⁷. Mas nós não podemos ignorar o fato de que nesse processo de descentralização a agenda para pesquisa não é mais desenvolvida na Alemanha. As fundações teóricas, textos chaves, e as questões e abordagens em grande parte não mais se originam do mundo germanófono. Ademais, devido à crescente influência das ‘teorias globalizantes’, como aquelas de Foucault, Bourdieu e outros, traduzidas para o inglês, espanhol, e chinês, a estrutura analítica desenvolvida dentro da específica tradição alemã de análise histórico-jurídico são conhecidas em menor medida.

Essa reduzida relevância da pesquisa histórico-jurídica alemã pode simplesmente ser vista como um problema de autoestima dos historiadores do direito alemães. Mas isso vai se tornar mais problemático para a qualidade da pesquisa histórico-jurídica como tal, na medida que não há ‘menos’ atenção, mas uma completa perda de atenção para algumas tradições europeias, como a francesa, ou a alemã, como às vezes é forçoso reconhecer ao olhar livros anglófonos em História do Direito, que negligenciam completamente a pesquisa alemã e francesa, mesmo quando lidando com temas intimamente relacionados com a Alemanha, a França ou a Europa.

37

4.1.5 A revolução digital

Várias das mudanças que eu destaquei até agora estão intimamente conectadas à assim chamada “revolução digital”, que representa o último campo de mudança que eu quero abordar nesta seção⁸⁸. Enquanto a pesquisa jurídica desde recentemente começou a avaliar as implicações dessa revolução para o direito, não pode haver dúvida de que suas práticas e instituições de pesquisa já mudaram⁸⁹.

⁸⁷ Comaroff e Comaroff (2012).

⁸⁸ Ver, em termos gerais, Castells (2004, p. 31).

⁸⁹ Para um panorama da conexão entre produção de conhecimento e globalização, ver Wendt e Renn (2012) e Stichweh (2003).

A revolução digital, no entanto, não surgiu simplesmente do nada. O processamento de dados eletrônico há muito tempo tem apresentado implicações para o direito e para a forma de condução da pesquisa em direito e história. Primeiramente, o Direito de Informática, mas também a Sociologia e Teoria Jurídica lidou com essas implicações nas décadas de 1960 e 1970, mesmo que em conjunção com outras subdisciplinas. Niklas Luhmann, por exemplo, escreveu sua tese de habilitação pós-doutoral sobre a relação entre direito e automação na administração pública⁹⁰. A significância das mídias eletrônicas para o estudo do direito também se tornou um objeto de reflexão muito cedo⁹¹. No campo da História, métodos quantitativos e o uso de computadores para analisar textos na década de 1970 auxiliaram o desenvolvimento de muitas disciplinas, como a demografia e a história social. Em verdade, se falou sobre “Humanities Computing” muito antes do advento das Humanidades Digitais⁹². Desde a década de 1970, os historiadores do direito também fizeram cada vez mais uso de bases de dados⁹³. Mas foi no início da década de 1990 que o campo se expandiu e até novos institutos começaram a ser fundados⁹⁴, enquanto vários acadêmicos refletiam sobre a relação entre sistemas jurídicos e mudanças midiáticas⁹⁵. Em nível mais prático, em 1996, a primeira revista de História do Direito *online* foi estabelecida na Alemanha: o *Forum historiae iuris*⁹⁶. Muitos projetos de digitalização apareceram mais ou menos ao mesmo tempo⁹⁷, e agora a História do Direito pode ostentar vários *blogs* e um crescente número de comunidades eletrônicas⁹⁸.

O impacto de alguns fenômenos como a *World Wide Web*, o *e-mail*, e outras formas de mídias sociais vai além do mero aumento na capacidade de armazenamento – e de uma otimização das formas estabelecidas de pesquisa por meio de ferramentas eletrônicas – como havia sido o caso no fim da década de 1980⁹⁹. Já no início da década de 1990, vários observadores perceberam que havia mais em jogo do que uma simples mudança de cenário

⁹⁰ Luhmann (1966); ver também os importantes artigos em Fiedler (1962), Simitis (1967) e Haft (1968). Para um panorama da história da ciência, ver Gräwe (2011, p. 35).

⁹¹ Ver, e. g., Sieber (1989); ver também Zöllner (1990).

⁹² Hockey (2004).

⁹³ Ver os artigos em Ranieri (1977) e Ranieri (1986).

⁹⁴ Como a fundação do *Juridical Internet Project Saarbrücken* em 1993. Para um panorama sobre o desenvolvimento ver Pohl e Vogel (2010).

⁹⁵ Behme-Nessler (2008), Vesting (2007) e Vismann (2011).

⁹⁶ Haferkamp e Meccarelli (2003).

⁹⁷ Amedick (2003a; 2003b).

⁹⁸ Um panorama é oferecido pelo FHI – *Forum historiae iuris*, URL: <www.forhistiur.de>.

⁹⁹ Castells (2003; 2004).

mediático¹⁰⁰. E, de fato, a desterritorialização da comunicação que acompanhou a digitalização da academia afetou substancialmente como a pesquisa é conduzida e publicada¹⁰¹. Como tal, a digitalização contribui para essa transformação do sistema acadêmico, com um entre vários fatores e desenvolvimentos que são comumente referidos como “globalização”¹⁰².

Essas mudanças não são sem consequências para as disciplinas com uma inclinação histórica¹⁰³. Elas afetam todos os aspectos de uma disciplina, e assim também a integração e a desintegração das disciplinas. A possibilidade de publicar online, os projetos de digitalização e as políticas de acesso aberto tornaram as fontes e a literatura secundária acessível para acadêmicos trabalhando em uma variedade de culturas epistêmicas ao redor de todo o mundo. Como um resultado, arquivos, institutos, bibliotecas e as redes comunicativas que as rodeiam agora não servem mais como um mecanismo de socialização como antes: pode soar estranho, mas na pesquisa histórica, agendas de pesquisa inteiras e mesmo teorias surgiram em espaços que ofertaram oportunidades para comunicação inédita, como as famosas cafeterias de arquivos. Esse fim deve agora ser atingido por meios diversos – por exemplo, construindo ambientes de pesquisa digitais para novas comunidades de acadêmicos em desenvolvimento¹⁰⁴.

A digitalização da academia também teve importantes consequências, como já mencionado, para a internacionalização da pesquisa, e, portanto, de seus resultados. Pesquisadores de todo o mundo abordam fontes com novas questões e trabalham dentro de estruturas intelectuais e analíticas diferentes das estruturas tradicionais que uma vez suportaram as comunidades de pesquisa mais nacionalmente vinculadas. Arenas tradicionais para conversações e trocas acadêmicas, como conferências e revistas, agora têm novos rivais que demandam espaço independente para conduzir e expor pesquisas. Listas de e-mails, como a *H-Net*, que foi fundada na década de 1990, mudaram radicalmente como os pesquisadores trocam informação. A *H-Net* sozinha tem em torno de 100.000 inscritos, que escolhem de uma oferta de mais de 100 listas temáticas para receber entre 15 e 60 e-mails diários, contendo crítica de

¹⁰⁰ Sobre o direito, ver Katsh (1989; 1995); sobre os sistemas científicos ver Stichweh (1989).

¹⁰¹ Observações muito informativas por Taubert e Weingart (2010).

¹⁰² Para um diagnóstico contemporâneo, ver Doering-Manteuffel e Raphael (2012); para um contexto da política da ciência, ver e.g. Mohrmann e Ma (2008) e para a posição da Alemanha nesse processo ver Baker e Lenhardt (2008). Sobre a globalização do sistema científico e a expansão das redes e estruturas de comunicação transnacionais, cf. também King (2011) assim como Wildavsky (2010).

¹⁰³ Para um panorama inspirador de algumas mudanças da perspectiva dos historiadores, ver Crivellari e Kirchmann (2004) e Haber (2011, p. 141).

¹⁰⁴ Esse é um dos objetivos, a princípio, de um projeto de pesquisa de longo prazo sobre a assim chamada Escola de Salamanca: ver Duve e Lutz-Bachmann (2013).

livros, relatórios de conferências e chamadas de artigos¹⁰⁵. Além do mais, muitas publicações – especialmente trabalhos de referência e manuais – agora não são mais escritas por especialistas, mas objetivam popularizar os resultados da pesquisa acadêmica. Eles são produzidos para novos mercados internacionais e são frequentemente parte de infraestruturas de informação comercial, como a *Oxford Reference*.

Essas mudanças em políticas de publicação, combinadas com as crescentemente porosas fronteiras disciplinares, assim como com a aberturas de novas regiões, tiveram consequências mistas. Existem novas oportunidades e trocas estimulantes, e oportunidades de pesquisa mais igualitárias podem ser providas, assim como o acesso físico a excelentes bibliotecas e arquivos não é mais um *conditio-sine-qua-non* para a pesquisa. Esse é o lado positivo. Mas essas mudanças, junto com a economização da academia, trouxeram com elas uma inflação das publicações. No entanto, ao mesmo tempo, mecanismos estabelecidos de seleção e hierarquização não mais operam efetivamente. As disciplinas não são mais capazes de concentrar sua atenção acadêmica para um conjunto limitado de problemas. De forma similar, os mecanismos que costumavam resguardar qualidade e reputação também não funcionam mais efetivamente. Assim, nós estamos enfrentando um crescente número de publicações, e atividades acadêmicas, não necessariamente resultando em mais conhecimento, mas talvez até em menos, devido à difusão de esforços.

Deixemos de lado no momento como se pode avaliar isso em uma escala mais geral e voltemos nossa atenção de volta para o que isso pode significar para os historiadores do direito alemães. Os desenvolvimentos que eu descrevi levaram à erosão dos cânones de conhecimento e das abordagens analíticas desenvolvidas por historiadores do direito na Alemanha. À luz da emergência de comunidades mais globais, as abordagens alemãs e o conhecimento que elas produzem emergem como distintamente limitadas. De fato, suas contingências se tornam impossíveis de ignorar. Isso não é surpreendente, e não poderia ser diferente. Ademais, o gradual desaparecimento do alemão como uma linguagem acadêmica internacionalmente significativa na História do Direito, o crescimento dinâmico da pesquisa em História do Direito em outras regiões, combinados com a significativa redução de resultados de pesquisa que são intelectual ou institucionalmente conectados aos estudos jurídicos alemães e sua agenda de pesquisa contribuíram todos para uma diminuição da fatia alemã nesses discursos. Colegas dos

¹⁰⁵ Disponível em <<https://www.h-net.org/about/>>. Acesso em 17 mar. 2014.

departamentos de História declaram que no século XXI a sua disciplina já terá desenvolvido uma inteira biblioteca nova de trabalhos de referência que facilitam a comunicação ao longo de barreiras culturais e linguísticas¹⁰⁶. O campo da História do Direito não chegou lá ainda. No entanto, qualquer biblioteca desse tipo irá inevitavelmente conter menos trabalhos originados dentro da tradição alemã. Esse é, se alguém desejar propor um balanço, o resultado negativo. Pelo outro lado, há também uma perspectiva positiva sobre esses desenvolvimentos: porque o que parece uma perda da perspectiva da tradição, pode ser uma oportunidade vista de uma perspectiva diferente – a perspectiva da história do direito sendo parte dos estudos jurídicos transnacionais; eu chegarei a esse tema na parte final (seção 5).

4.2 MUDANÇAS NA HISTÓRIA DO DIREITO NA ALEMANHA

Contudo, ao longo dos últimos 25 anos, não apenas as condições e o ambiente da História do Direito mudaram. A própria disciplina passou por profundas transformações. Novamente, apenas uns poucos aspectos podem ser destacados aqui¹⁰⁷.

Primeiramente, a diferenciação dentro do campo que começou a acontecer nas décadas de 1970 e 1980 continuou e deu vários frutos. Em muitos subcampos, os historiadores do direito na Alemanha continuaram a perseguir a linha na qual eles embarcaram no fim da década de 1980 e início da de 1990, e muitos podem apresentar importantes resultados nos projetos de longo prazo e impressionantes sucessos na vida. Limitando-se a alguns campos, se pode apontar para a História do Direito Público¹⁰⁸ e do Direito Constitucional¹⁰⁹; para a História das Cortes Superiores¹¹⁰; do Direito Canônico¹¹¹; do Direito Medieval¹¹²; e para a História da Metodologia Jurídica¹¹³, fortalecendo a conexão das abordagens histórica e comparativa para o Direito¹¹⁴; e

¹⁰⁶ Raphael (2010, p. 269).

¹⁰⁷ Para um abrangente levantamento sobre os desenvolvimentos recentes na pesquisa histórico-jurídica, ver Sordi (2013). Cf., sobre os diferentes aspectos do desenvolvimento da história do direito nos anos seguintes a 1989, Stolleis (2011b), os artigos publicados no *special issue* da *Zeitschrift für Neuere Rechtsgeschichte* (2010), e, em particular Diestelkamp (2010) e Modéer e Nilsén (2011).

¹⁰⁸ Ver e.g. o levantamento em Stolleis (2012a, p. 677), assim como as contribuições na *Rechtsgeschichte* (2011).

¹⁰⁹ Willoweit (2009).

¹¹⁰ Diestelkamp (2014).

¹¹¹ Landau (2010; 2013).

¹¹² Para um panorama, ver Dilcher (2008).

¹¹³ Schröder (2012).

¹¹⁴ Ver Modéer (2013) para um levantamento extensivo; também Ibbetson (2013).

ainda para uma nova História do Direito Privado – aberta aos métodos da História Social, que reescreveu ou substituiu muitos tijolos nos trabalhos básicos de referência, incluindo a influente concepção proposta pela Escola Histórica –; e para a História do Código Civil Alemão (BGB)¹¹⁵.

Os acadêmicos da *Berliner Republik* também abriram novos campos de pesquisa. A História do Direito da RDA [República Democrática Alemã, Alemanha Oriental] e de outros países outrora trancados atrás da cortina de ferro reuniram bastante atenção ao longo dos últimos vinte e cinco anos, assim como a relação entre direito e totalitarismo¹¹⁶. Ainda outro conjunto de acadêmicos se virou para a história do direito econômico¹¹⁷, da regulação e da governança¹¹⁸, assim como para a história da relação entre direito e comunicação¹¹⁹. Historiadores do direito na Alemanha estão agora conscientes de que eles precisariam escrever uma história da regulação jurídica afetando áreas distintas da vida social, não apenas do discreto campo do conhecimento. Como resultado, campos como Direito e Tecnologia, ou Direito e Religião, reúnem cada vez mais atenção¹²⁰. A História do Direito Internacional também foi um tópico de interesse relevante e influente durante a *Berliner Republik*¹²¹. Os últimos vinte e cinco anos geraram novos livros texto, manuais e revistas, formas de publicação passaram por mudanças, e as trocas internacionais se intensificaram. Em certa medida, nós podemos ver que a História do Direito já está em transição de um campo institucional nacional de pesquisa para um campo internacional¹²².

Conquanto esses avanços devam ser bem-vindos, há também alguma razão para preocupação. A maioria dos projetos de pesquisa ao longo dos últimos vinte e cinco anos não foi iniciada e desenvolvida pelas cátedras estabelecidas na História do Direito. Em vez disso, eles foram concretizados com o suporte de projetos financiados por terceiros ou por institutos de pesquisa independentes. À luz da hipótese com a qual eu comecei este ensaio – nomeadamente, de que a produção acadêmica é moldada pelas condições nas quais ela se desenvolve – é ainda mais inquietante que toda a nova pesquisa mal tenha deixado marcas na

¹¹⁵ Cf. os volumes do *Historisch-kritischer Kommentar* jurídico, em particular Schmoeckel e Rückert (2003) e Rückert (2010).

¹¹⁶ Stolleis (2012b).

¹¹⁷ Ver, e. g., Schmoeckel (2008), Gschwend e Pahud De Mortanges (2009) e Maetschke e Mayenburg (2013).

¹¹⁸ Collin e Bender (2012).

¹¹⁹ Vismann (2011).

¹²⁰ Ver, e. g., Vec (2011b); em religião e direito, ver, e. g., Jansen (2014).

¹²¹ Ver, e. g., Nuzzo e Vec (2013).

¹²² Sobre a transição do sistema de pesquisa nacional para o global, ver Stichweh (2000).

estrutura institucional da História do Direito na Alemanha, como em cátedras, currículos ou no ensino. A maioria das pesquisas inovadoras não foi transformada em estruturas institucionais: nós não temos mais cátedras, por exemplo, em História do Direito Público, em História do Direito Internacional etc.

Existem muitas razões para essa ausência de resposta institucional para o que claramente é um campo em mudança: recursos escassos, inércia institucional geral, e aversão ao risco dentro de um campo que é ameaçado para começar. No entanto, a ausência de resposta institucional pode também derivar do fato de que historiadores do direito agora conduzem e apresentam sua pesquisa em contextos interdisciplinares, tanto intelectual quanto institucionalmente. Só se precisa pensar nos muitos projetos de pesquisa conjuntos em que eles participam. Assim, o perigo é que os historiadores do direito percam contato intelectual com o campo disciplinar que ainda oferece as estruturas institucionais de que eles necessitam.

5 OPÇÕES FUTURAS

43

À luz do que foi dito até agora – quais perspectiva e opções surgem? Como o ambiente em mudança e as transformações das condições institucionais e comunicativas do nosso trabalho podem impactar a nossa disciplina?

Obviamente, minha intenção não é definir um conjunto de ‘tarefas’ para a História do Direito, ou perguntar, como muitos o fizeram um tanto pesadamente durante a Bonner Republik, “História do direito, para quê?”¹²³ Acadêmicos em todos os subcampos da História do Direito – seja antiga, medieval ou moderna – sabem melhor quais são seus motivos e onde suas oportunidades intelectuais e institucionais estão. Eles podem acreditar em oferecer orientação para outros juristas através da reflexão histórica ou prover uma propedêutica para o estudo do direito. Eles podem se ver como parte dos estudos jurídicos que focam sobre a doutrina, ou como parte dos estudos jurídicos comparados ou da história geral (com todos seus subcampos e objetivos). Alguns podem também ver a História do Direito simplesmente como um espaço para reflexão sobre o sistema jurídico como tal, ou para gerar novas ideias sobre a responsabilidade dos juristas ou torcer para que suas pesquisas e ensino ajudem a fomentar um

¹²³ Ver por exemplo os debates no Rechtshistorisches Journal (1985), na Rechtsgeschichte (2003; 2004) e em Simon (2014). De uma perspectiva inglesa, ver Lobban (2004).

sentido do que é possível em uma sociedade. Talvez eles apenas gostem do que fazem, como músicos, ou artistas, o que talvez não seja a pior motivação.

Ainda assim, não obstante essa multiplicidade de motivações e abordagens, eu creio que o levantamento das condições cambiantes de nossa pesquisa indica que certas estruturas para a produção de conhecimento, como também os campos de pesquisa, estão começando a emergir de uma forma que vai gerar um ambiente institucional e intelectual estimulante, que forçosamente vai demandar maior engajamento. Em outros casos, não parece muito provável que nós testemunharemos crescimento intelectual e institucional. Então, eu quero concluir minhas deliberações com um breve resumo do meu argumento (5.1) de forma a, posteriormente, destacar onde eu, pessoalmente, vejo potencial para crescimento intelectual e institucional (5.2).

5.1 O CONTEXTO EM MUDANÇA DA PESQUISA HISTÓRICO JURÍDICA

Em retrospectiva, nós podemos ver um panorama fascinante, mas também algo intimidante: os historiadores do direito parecem valorizados, e mesmo indispensáveis para a pesquisa transnacional e transdisciplinar em direito e normatividade. As fronteiras disciplinares se tornaram difusas. Também há mais e mais jogadores no campo, e a tradicional História do Direito alemã está perdendo espaço. Os cânones disciplinares estão em risco de serem erodidos à medida que as comunidades científicas provenientes dos sistemas de pesquisa nacional estão experienciando uma internacionalização radical. Em todo o mundo, novas comunidades discursivas estão emergindo, e, repentinamente, abordagens e teorias novas e parcialmente convergentes de disciplinas vizinhas e de novas regiões estão sendo ofertadas. A disciplina certamente se beneficia das novas formas pelas quais a pesquisa está sendo financiada, que vêm com seu próprio conjunto de oportunidades e armadilhas, mas esse movimento não foi bem-sucedido na tentativa de transformar as estruturas de produção de conhecimento em uma base sustentável. O processo de diferenciação interna entre universidades na Alemanha proveu historiadores do direito com novas oportunidades, já que há uma vontade política para suportar e intensificar o desenvolvimento de pesquisas nas matérias fundamentais do direito – mas elas continuam sendo oportunidades que devem ser convertidas em novas realidades.

Quase todas essas observações podem ser relacionadas às mudanças estruturais na academia e nos sistemas jurídicos, que só podem ser descritos utilizando os termos da moda como ‘globalização’, ‘digitalização’ e ‘economização’ das sociedades europeias nos últimos

vinete e cinco anos. Como o levantamento mostrou, esses três processos combinados, e suas consequências concretas, afetam a própria fundação da nossa disciplina, que veio a existir dentro das estruturas do estado nação e ainda guarda uma forte conexão com os sistemas jurídico e acadêmico sobre os quais ela foi construída. Agora ela está enfrentando as consequências da transnacionalização, e assim transformação de seu objeto, o direito, e de seu contexto institucional, o sistema científico.

Assim, a História do Direito tem que encontrar uma forma de navegar nesse complexo ambiente de contextos oscilantes e transformados. Da perspectiva da tradição, de uma perspectiva nacional, e daquela de uma disciplina mais ou menos integrada, nós nos deparamos com uma vasta gama de riscos e perdas. Alguns colegas sentem que a História do Direito não é o que já foi um dia. Em certa medida, eles estão certos; o número deste ano do *Rg Journal* [n. 22, 2014] é prova disso. Contudo, visto de forma diferente, o contexto acadêmico transnacional emergente oferece possibilidades para gerar perspectivas intelectuais e institucionais fascinantes. Ademais, o levantamento sobre as condições em mudança de nossa pesquisa mostrou que muitas das pré-condições para sua transformação já existem, devido em parte aos mesmos processos que podem parecer com ameaças ao paradigma estabelecido: muito do que eu apresentei como perda também é uma oportunidade.

45

5.2 A HISTÓRIA DO DIREITO E A TRANSNACIONALIZAÇÃO DOS SISTEMAS JURÍDICO E ACADÊMICO

Isso me leva a algumas reflexões finais sobre as oportunidades que nós podemos querer aproveitar para estimular nossa disciplina nessa forte onda de transnacionalização e ‘desterritorialização’ da pesquisa. A mim me parece que existem ao menos duas dimensões a que nós devemos nos manter atentos: a transnacionalização do sistema científico (5.2.1) e a transnacionalização do sistema jurídico (5.2.2), as duas intimamente entrelaçadas.

5.2.1 A História do Direito e a transnacionalização do Sistema Científico

Como eu tentei mostrar, em geral, a História do Direito na Alemanha está defronte a uma rápida transnacionalização do sistema científico. Existem diferentes formas de reagir a isso: uma opção seria simplesmente ignorar as mudanças e continuar com o que nós estivemos

fazendo até agora; outra opção seria torcer para que essas transformações sejam simplesmente tendências de moda passageiras que vão desaparecer com o tempo. Uma terceira opção poderia ser mergulhar diretamente na História do Direito Transnacional e esquecer toda nossa tradição nacional; e uma quarta opção demandaria um cauteloso ajuste de nossa agenda intelectual e institucional a esse ambiente em mudança. Obviamente, eu estou defendendo a última estratégia¹²⁴.

Ao fazer isso, nós confrontamos um duplo desafio: enquanto nós temos que continuar com nossa agenda de pesquisa definida pela lógica de uma disciplina tradicionalmente moldada, ao mesmo tempo, nós devemos também conceitualizar e formular nossa pesquisa de modo a que nós sejamos parte do novo e emergente discurso transnacional em História do Direito.

Vamos olhar para os dois lados. Pode não ser necessário argumentar muito em favor da necessidade de perseverar com agendas de pesquisa tradicionais. Todo historiador do direito sabe sobre a pesquisa que é conduzida dentro do campo de pesquisa local, nacional e regional, e o breve levantamento sobre o crescimento intelectual na nossa disciplina mostrou a riqueza de atividade e resultados (4.2). A crescente atividade e o crescimento da História do Direito chinesa, por exemplo, não deveriam, obviamente, ter impacto nessa agenda local. Em debates sobre a História Global, nos perguntaram se nós éramos “historiadores globais” agora¹²⁵. Eu não acredito que seja esse o caso. Ademais, não é apenas legítimo trabalhar na nossa própria história local e regional, que é indispensável para estudar nossa história e tradições, integrando ou não perspectivas globais. Continuar pesquisas sobre nossa própria tradição jurídica tem ainda mais importância se a pesquisa histórico-jurídica transnacional tem que funcionar, já que tais estudos dependem da integração de diferentes tradições. Assim, nós temos que revisitar e reconstruir nosso passado e repetidamente renovar nossa conexão com ele para um diálogo transnacional bem-sucedido em problemas fundamentais: uma História do Direito Global necessita de historiadores do direito locais e das tradições analíticas correspondentes. Com quem os experts em história do direito na Ásia ou em países islâmicos conversariam se, por exemplo, na Alemanha ou na Europa, ninguém tivesse a expertise requisitada para falar sobre o impacto do cristianismo no nosso sistema jurídico? Ou sobre como o estado europeu moderno

¹²⁴ Ver, sobre o desafio da História do Direito através do Direito Transnacional e da Globalização, Cairns (2012), Ibbetson (2013), Costa (2013), Duve (2012; 2013; 2014c), Letto Vanamo (2011) e as contribuições a esse número da *Rechtsgeschichte – Legal History* [n. 22, 2014].

¹²⁵ Ittersum e Jacobs (2012).

surgiu, ou quais contingências históricas especiais levaram à evolução dos sistemas de julgamento que nós agora temos nas sociedades ocidentais? Essas questões, é claro, só podem ser estudadas integrando nossas tradições analíticas e avançando ainda mais o estado de conhecimento sobre o tema. Assim, existem boas razões para continuar contribuindo com a nossa parte nessa pesquisa em evolução. Obviamente, isso requer expertise profissional. Se estudos transnacionais significam ‘pluralidade’, como um princípio de eficiência ou justiça epistêmica, contribuições sobre discursos relevantes devem ser geradas em algum lugar e por alguém. Como resultado, nós temos que estimular e perseguir pesquisas em nossa própria tradição.

Ao mesmo tempo, porém, nós temos que ser capazes de conceitualizar e apresentar nossa pesquisa de uma forma que a torne receptiva para os estudos transnacionais. É importante, portanto, superar a barreira linguística que publicar exclusivamente na Alemanha crescentemente produz. Contudo, mesmo que traduções linguísticas sejam de crescente importância, elas não são suficientes em si mesmas. O desafio que nós estamos enfrentando é maior. Nós devemos – ao menos heurísticamente – estar dispostos a questionar nossas próprias categorias, abordagens e princípios estabelecidos, e estar abertos a outras conceituações da normatividade e das instituições, para diferentes categorizações internas do direito e dos estudos jurídicos e – sobretudo – para questões diferentes. A História do Direito pode assim se tornar o estudo histórico da normatividade e suas práticas, o que não é limitado ao que nós chamamos de direito. A História do Direito estudaria, então, a especificidade da forma de normatividade, quais condições contingentes a transformaram em um fenômeno concreto que nós chamamos de ‘direito’ e perguntar como ele se relaciona com outros modos de normatividade (‘Multinormatividade’). Similarmente, nós teríamos que desenvolver um aparato conceitual transnacionalmente útil para estudar a história dos sistemas de decisão. Nós também precisaremos analisar as transformações que ocorrem no processo de reproduzir opções normativas oriundas de dado contexto em um contexto diferente (‘traduções culturais’), para melhor entender como espaços jurídicos emergem. Assim, nós precisamos desenvolver uma ‘metalinguagem’ para comunicação transnacional sobre nossas histórias do direito¹²⁶.

Obviamente nós não podemos utilizar e oferecer conceitos desse tipo baseados exclusivamente em uma compreensão prévia de nossa história. Pelo contrário, essa

¹²⁶ Ver sobre isso mais extensivamente Duve (2012, p. 48; 2013; 2014c).

metalinguagem precisa ser desenvolvida em discursos descentralizados. Como historiadores acostumados a lidar com a relatividade de conceitos, nós deveríamos ser especialmente abertos para novas formas de sintetizar esses conceitos transnacionais. O crescimento da história global como campo aumentou a sensibilidade dos acadêmicos para uma abordagem deste tipo, e historiadores do direito deveriam ser capazes de aprender com eles¹²⁷. Como historiadores do direito, nós também podemos olhar para disciplinas vizinhas como a Antropologia, a Sociologia das Culturas, e também para a *General Jurisprudence*, de modo a avançar a análise histórica que nós realizamos em nosso próprio trabalho¹²⁸.

Para ter certeza, uma tal História do Direito Transnacional, e o grau de descentralização intelectual que ela implica, requerem estruturas institucionais estáveis. Aqui novamente, nós estamos lidando com dois desafios, espelhando o que já foi dito sobre o desafio intelectual. Pois, por um lado, nós precisamos estabilizar uma disciplina estabelecida, pois nós precisamos de mecanismos para introduzir acadêmicos, garantir controle de qualidade e eficiência na produção de conhecimento dentro da estrutura disciplinar. Então, alguma continuidade institucional é indispensável. Ao mesmo tempo, nós temos que aumentar nossa presença em um sistema acadêmico global continuamente em evolução, para o qual nós também temos que ser capazes de contar com estruturas institucionais.

Assim, de forma a manter nosso perfil nacional e disciplinar, nós precisamos assegurar nossa posição institucional nos departamentos de Direito. Seria perigoso optar por uma separação intelectual e institucional do Direito. E assim nós temos que assumir a responsabilidade de integrar matérias fundamentais, como a História do Direito, com aquelas que focam principalmente na doutrina jurídica. Caso contrário, nós teremos falhado na comunicação com nossos colegas. Mais espaços institucionais devem ser criados para facilitar tais encontros, um desafio que os departamentos de Direito na Alemanha ainda não enfrentaram; Institutos para Estudos Avançados em Direito, ou projetos de pesquisa maiores que pudessem criar esses espaços dentro de departamentos de direito, mas também expandissem programas de pós-graduação, são exemplos de espaços institucionais que nós ainda não fomos

¹²⁷ Para um panorama sobre o impacto sobre as perspectivas, ver Conrad (2013); para recomendações análogas que foram feitas no Direito Comparado, ver Schacherreiter (2013).

¹²⁸ Ver também Tamanaha (2010) e Menski (2012). Para recomendações de antropólogos sociais em governança, ver Gulliver (1979).

capazes de alcançar¹²⁹. Ao mesmo tempo, a presença da História do Direito no discurso acadêmico global, a segunda dimensão de nosso trabalho, também requer suporte institucional, especialmente para estimular pesquisa em abordagens úteis transculturalmente. O cotidiano na universidade raramente oferece as estruturas requeridas para esses propósitos. Aqui novamente, o estabelecimento de projetos de pesquisa que se espalham por regiões, de institutos de pesquisa e mais oportunidades para ensinar no contexto dos Cursos de Graduação, ou colaboração mais intensa com estudos de área podem ser meios particularmente úteis para tornar uma comunidade científica transnacionalmente organizada de historiadores do direito possível¹³⁰.

5.2.2 História do Direito e a Transnacionalização do Sistema Jurídico

A segunda dimensão que parece importante, como já mencionado, é a transnacionalização do sistema jurídico. A transnacionalização já existe (5.2.2.1), e, como consequência, a demanda por estudos jurídicos transnacionais (5.2.2.2), que por sua vez levam a desafios epistêmicos e teóricos (5.2.2.3). A História do Direito pode e deve responder a esses desafios.

49

5.2.2.1 Direito transnacional

Como já mencionado (4.1.1), hoje o mundo do direito não pode mais ser facilmente dividido nas esferas nacional, regionalmente integrada ou internacional. Devido à crescente globalização, desregulação, e à digitalização de nossas sociedades, por décadas, houve um processo de ‘desnacionalizar’ direito e justiça, delegando mais e mais espaço para a regulação do setor privado. Em várias áreas da vida, acordos tradicionalmente feitos com base nos direitos nacionais agora devem depender também de estruturas normativas de direitos não estatais¹³¹. Em sua maioria, essas estruturas normativas, e as instituições correspondentes de julgamento, são concebidas para regular situações que transgridam as fronteiras da jurisdição nacional.

¹²⁹ Obviamente, há notáveis exceções, como o Cluster de Excelência “Formation of Normative Orders” (Frankfurt), o LOEWE *Research Focus* “Extrajudicial and Judicial Conflict Resolution” (Frankfurt), o Cluster de Excelência “Religion and Politics in Pre-Modern and Modern Cultures” (Münster), o Centro de Pesquisa Colaborativo “Governance em Áreas de Soberania Limitada: Novos Modos de Governança?” (Berlin), e outros.

¹³⁰ Duve (2014a).

¹³¹ Para uma visão panorâmica dessas diferentes perspectivas disciplinares, ver Sieber (2010), Kadelbach e Günther (2011), Grimm (2012), Berman (2012) e Zumbansen (2012).

Casos transnacionais dessa natureza aumentaram nas últimas décadas ao longo da mobilização de pessoas, bens e capital através de fronteiras. Novas normas e instituições de tomada de decisão não-estatais surgiram – na regulação da Internet ou dos esportes; em verdade, alguns juristas falam de *leges oeconomicae*, *lex digitalis*, *lex sportiva* etc. Com isso, novas formas de acordo extrajudicial substituíram os instrumentos judiciais estatais; o *forum shopping* pode ser praticado mais abrangentemente, embora com consequências econômicas e jurídicas significativas. A tendência de melhorar a Governança Global deu origem a novas regras e instrumentos de aplicação da lei, que têm um efeito similar sobre os modos jurídicos estabelecidos para controlar comportamentos e aplicar sanções por desvios, em parte até excedendo-os. Especialmente os assim chamados países em desenvolvimento estão experienciando isso – em muitos casos, com severas consequências –, pois as salvaguardas desenvolvidas dentro das estruturas jurídicas nacionais contra monopólios de mercado, assim como os mecanismos de controle e as proteções jurídicas, são comumente evadidas. Em um processo paralelo, nós testemunhamos uma recuperação em exportação e importação do direito e serviços conexos desde a década de 90, que promoveu enormemente a causa do direito anglo-americano¹³².

50

No entanto, o fenômeno de uma normatividade não-estatal que transcenda fronteiras culturais não é restrito apenas ao mundo da economia, dos esportes, ou das reformas neoliberais introduzidas nas partes não estadunidenses e não europeias do mundo. Com a crescente (e mais frequentemente observada) diversidade dentro de nossas sociedades, a importância de esferas normativas independentes de uma estrutura jurídica nacional específica, e, às vezes separada mesmo de uma cultura dominante no ambiente imediato, está se tornando perceptível na nossa vida diária, inclusive na Europa. Regras derivando de convicções religiosas são criadas e aplicadas dentro das ordens jurídicas nacionais de que elas não são uma parte integral. Alguns casos envolvendo o assim chamado ‘judiciário paralelo’ atraíram forte atenção pública. Como eu mencionei brevemente antes (4.1.1), esses desenvolvimentos levantam a questão de como as ordens normativas e os sistemas de tomada de decisão que cresceram de modo independente da estrutura estatal podem ser legitimados, controlados e integrados nas ordens jurídicas estatais existentes. Assim, existem debates acadêmicos intensos, e nós podemos observar, especialmente no mundo anglófono, a institucionalização do ‘direito transnacional’ através de

¹³² Sobre isso ver agora Reimann (2014).

programas de pesquisa, bases de dados, revistas, séries de livros e novos currículos¹³³. O direito transnacional se tornou um domínio importante para os estudos jurídicos.

5.2.2.2 Estudos jurídicos transnacionais

De qualquer modo, o crescimento impressionante do Direito Transnacional, sua institucionalização e as discussões acadêmicas sobre ele não implicam automaticamente a emergência de ‘estudos jurídicos transnacionais’. O caso da União Europeia pode ser um exemplo útil para ilustrar isso. Por décadas, nós fomos crescentemente sujeitos ao Direito Europeu assim como a cursos universitários, livros e instituições dedicadas à pesquisa em Direito Europeu. Mas ainda assim, em muitos casos o Direito Europeu continua a ser estudado de uma perspectiva nacional. Acadêmicos do Direito estiveram basicamente procurando por uma forma de compreendê-lo e integrá-lo aos seus próprios sistemas nacionais. A intensa discussão sobre a necessidade de ‘estudos jurídicos europeus’ é um fenômeno relativamente recente que deve a sua existência à emergência do Direito Europeu como um Campo Social Transnacional. De acordo com seus defensores, uma linhagem europeia dos estudos jurídicos transnacionais representaria não meramente um agregado das tradições e práticas dos estudos jurídicos em nações europeias. Em verdade, os estudos jurídicos europeizariam seus conceitos e métodos básicos. Assim não apenas os direitos dos estados membros, e de maneira similar, não apenas as instituições europeias, mas sim a Europa em sua completude deve se tornar o quadro de referência para o trabalho acadêmico. A dogmática jurídica alemã “nesse contexto teria que necessariamente adotar uma nova orientação”, como Armin von Bogdandy apontou¹³⁴. Devido à alta autoestima dos juristas alemães, pode-se imaginar que essa não é uma tarefa fácil. Mas não é apenas uma questão de orgulho ou de perder participação no mercado: é um problema sensível, pois, em última análise, enquanto a grande maioria das leis pode ter se inspirado no Direito Europeu, tais leis são aplicadas por legisladores nacionais, advogados e tribunais dentro da estrutura nacional. Dessa forma, os estudos jurídicos alemães não podem e não devem se ‘europeizar’ completamente, mas devem desenvolver uma dimensão europeia – precisamente

¹³³ Por exemplo, Dedek e De Mestral (2009), Menkel-Meadow (2011), Chiesa e De Luca (2009) e Leibfried e Möllers (2006). Para um panorama útil, ver Catá Backer e Stancil (2011) e Jamin (2012).

¹³⁴ Bogdandy (2011).

de uma forma análoga ao que foi dito sobre a necessária combinação das lógicas nacional e transnacional na História do Direito.

Esse breve resumo das tentativas de criar um ramo de estudos jurídicos europeus pode já antecipar os enormes desafios conectados com os estudos jurídicos transnacionais que não são confinados à Europa, mas se refeririam a um espaço global. Pois dentro da Europa, os estudos jurídicos podem aproveitar um vocabulário e uma gramática jurídica evoluída em um processo de comunicação de séculos de existência. Mas esses processos que estimulam essa forma de coesão simplesmente não existem em uma escala global – embora existam vozes defendendo a inculcação de uma cultura jurídica global compartilhada¹³⁵. E enquanto a Europa está apresentando uma estrutura institucional sólida dentro da qual os estudos jurídicos evoluem em um ambiente de integração política, econômica e jurídica – de modo a basear a agenda de pesquisa em tópicos, métodos, práticas e infraestruturas comuns –, esse elemento consolidador ainda deve ser criado para elaborar os estudos jurídicos transnacionais em uma escala global.

No entanto, nós precisamos urgentemente abordar o problema dos estudos jurídicos transnacionais, em razão da própria missão dos estudos jurídicos. Como no caso do Direito Europeu, que inicialmente começou como uma disciplina para entusiastas europeus, o debate atual em Direito Transnacional é largamente desenvolvido por atores interessados. Suas motivações são ganhar segmentos de mercado, seja no âmbito da academia, da consultoria jurídica ou da judicialização. Essa forte presença de vozes guiadas por interesses mercadológicos não é ruim *per se*. Mas ela precisa ser contrabalanceada, e sua força só pode ser dissipada através de estruturas institucionais que encorajem a participação de outras visões de mundo, culturas e discursos jurídicos, que explorem os riscos envolvidos na transnacionalização do direito assim como proponham estratégias possíveis para ultrapassar esses riscos. Em outras palavras, nós precisamos desenvolver uma rede de estudos jurídicos transnacionais que ofereça o espaço para uma exploração e um exame crítico do sistema jurídico, um esforço quintessencial de todos os estudos jurídicos. Assim, é importante envolver os acadêmicos nesse discurso, e não apenas os operadores do direito, de forma a criar uma estrutura institucional sustentável, que estimula pesquisa e investe de autoridade a opinião acadêmica.

¹³⁵ Friedman (2014).

5.2.2.3 Desafios epistêmicos e teóricos

Uma rede de estudos jurídicos transnacionais desse tipo não-ideológico que gera perspectivas críticas no melhor sentido possível não é meramente um desafio institucional, mas predominantemente um desafio *epistêmico e teórico*.

Ela precisa – e isso é o que se quer dizer com desafio *epistêmico* – da vontade e da capacidade de estar livre, para fins heurísticos, de categorias, métodos e princípios experimentados e testados. Ela deve ser considerada aberta a ideias alternativas de normatividade, a diferentes estruturas internas de direito e de estudos jurídicos, e também a um grande espectro de ideias geradas por acadêmicos de diferentes culturas, pois os estudos jurídicos transnacionais não podem ser conceitualizados de acordo com a tradição nacional de um único participante em um discurso, nem mesmo com base em uma única região. Ela deve permitir a entrada de diversas culturas e tradições jurídicas em um diálogo umas com as outras, para colaborar em perguntas de pesquisa antes de subsequentemente processá-las, e permitir que os participantes aprendam uns com os outros. O desafio epistêmico pode implicar a geração e acumulação de muito do que pode ser visto como ‘conhecimento não-jurídico’ e o desenvolvimento de infraestruturas de pesquisa correspondentes para fazê-lo, e tudo isso deve ter um impacto no currículo acadêmico.

Em adição a isso, os estudos jurídicos transnacionais também apresentam um desafio teórico. Deve-se perguntar se e como nós podemos conceber uma estrutura analítica que é adequadamente abrangente, livre de premissas culturais, aberta para as ideias normativas de todo o mundo, mas uma estrutura que ainda, de alguma forma, seja capaz de reter força analítica. Os dois tipos de desafios, epistêmico e teórico, foram discutidos nos últimos anos, principalmente sob a rubrica de *General Jurisprudence*, referindo-se a uma doutrina jurídica que examina os elementos estruturais do direito transnacional dentro do contexto da globalização, por autores como Brian Tamanaha ou William Twining. Essa discussão já mostrou que uma rede de estudos jurídicos transnacionais que se conforme a esses padrões deve também ser especialmente receptiva às suas disciplinas acadêmicas ‘vizinhas’. Em certo sentido, ela só pode ser baseada em uma abordagem transdisciplinar. Formular um vocabulário comum para o direito e para a normatividade é um exemplo: estudos jurídicos transnacionais requerem consenso sobre as esferas normativas a serem incorporadas em discursos sobre normatividade, e nas correspondentes estruturas conceituais. Meramente recorrer ao termo

‘direito’ e seus equivalentes linguísticos daria espaço para incompreensões, ou para novamente impulsionar conceitos estatais-legalistas para o centro do debate. Isso não apenas complicaria diálogos com outras culturas, mas também geraria uma forma de argumentação circular; esferas normativas que caem fora do seu escopo, ou diferenças que permanecem veladas devido à polissemia, seriam ignoradas.

Por essas razões, uma rede de estudos jurídicos transnacionais deve derivar sua estrutura analítica de uma abordagem empírica que permita que campos de normatividade sejam detectados e sistematicamente ordenados, em outras palavras, através de um modelo empiricamente fundado compreendendo diferentes categorias de normatividade que possuem legitimidade intercultural. Isso requer cooperação entre disciplinas diretamente ocupadas do direito, mas também com aqueles que trabalham em arenas sociojurídicas diferentes – e não residem apenas em departamento de Direito. Nós precisamos de outras disciplinas – Antropologia, Sociologia, Estudos Religiosos etc. – e de acadêmicos com expertise regional. Finalmente, uma rede de estudos transnacionais deve fazer uso do trabalho histórico-jurídico, e acadêmicos trabalhando dentro desse campo já fazem isso em extensão considerável. Assim, muitas questões estão sendo postas para nós – velhas e novas. Nesse campo, nosso problema não é a falta de interesse no nosso campo de estudo, mas nossa falta de preparação para apresentar respostas apropriadas.

54

6 CONCLUSÃO

O objetivo deste artigo era revisar o ambiente em mudança de nossa disciplina e as transformações nas condições de produção de conhecimento, e averiguar as opções emergindo a partir daí. Obviamente, nós não podemos prever o futuro, e talvez muito do que eu escrevi pode, posteriormente, se mostrar errado, ou simplesmente utópico. Ainda assim, eu acredito que é bastante provável que a transnacionalização do direito está aqui para ficar, e que os estudos jurídicos devem desenvolver uma dimensão transnacional para responder a essas mudanças. Assim, nosso objetivo deve ser duplo: continuar com a pesquisa em nossas tradições, enriquecida por um diálogo global e suas perspectivas. Ao mesmo tempo, nós temos que estruturar nosso conhecimento em resposta às lógicas acadêmicas transnacionais, seja na História ou no Direito.

Já considerando a rede de estudos jurídicos transnacionais, a História do Direito pode contribuir substancialmente para esse campo de estudo, já que esse tipo de trabalho acadêmico não vai ser possível sem uma dimensão histórica. A demanda por expertise histórico-jurídica é palpável em todo lugar, e nós não devemos falhar em atender a essas necessidades. Entrando no domínio desse diálogo transnacional, e adotando ‘perspectivas globais em história do direito’, nós podemos mesmo descobrir aspectos de nosso passado jurídico que antes não apareciam¹³⁶. Assim, mesmo a pesquisa tradicional sobre nosso passado local, regional e nacional pode se beneficiar dessa dimensão transnacional. Não há dúvida de que o futuro nos reserva perspectivas excitantes para a História do Direito.

REFERÊNCIAS

ALBRECHT, Peter-Alexis. Anmerkungen zum Verfall der Wissenschaft an deutschen Universitäten. *Kritische Vierteljahresschrift für Gesetzgebung und Rechtswissenschaft (KritV)*, [s. l.], v. 92, n. 3, p. 266–271, 2009.

AMEDICK, Sigrid. Die digitale Sammlung Privatrecht. Literatur zum Privat- und Zivilprozessrecht des 19. Jahrhunderts im Internet. In: THALLER, Manfred. *Digitale Bausteine für die geisteswissenschaftliche Forschung*. Göttingen: Duehrkohp & Radicke, 2003a. p. 159–172.

AMEDICK, Sigrid. Juristische Dissertationen des 16. bis 18. Jahrhunderts: Erschließung und Digitalisierung von Schlüsselseiten. In: THALLER, Manfred. *Digitale Bausteine für die geisteswissenschaftliche Forschung*. Göttingen: Duehrkohp & Radicke, 2003b. p. 86–101.

ANTONOV, Mikhail. Eugen Ehrlich – State Law and Law Enforcement in Societal Systems. *Rechtstheorie*, [s. l.], v. 44, n. 3, p. 287–313, 2013.

ASSMANN, Aleida. *Das neue Unbehagen an der Erinnerungskultur: eine Intervention*. München: C.H. Beck, 2013.

BAKER, David P; LENHARDT, Gero. The Institutional Crisis of the German Research University. *Higher Education Policy*, [s. l.], v. 21, n. 1, p. 49–64, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/palgrave.hep.8300178>

BELOW, Georg von. *Der Deutsche Staat des Mittelalters: ein Grundriss der Deutschen*. v. 1. Leipzig: Quelle und Meyer, 1914.

¹³⁶ Ver, sobre isso, Duve (2012) e Duve (2013), assim como a estreia do primeiro volume da nova série Global Perspectives on Legal History (GPLH), Duve (2014b).

BENDA-BECKMANN, Franz von; BENDA-BECKMANN, Keebet von; GRIFFITHS, Anne M. O. Introduction. The Power of Law. In: BENDA-BECKMANN, Franz von; BENDA-BECKMANN, Keebet von; GRIFFITHS, Anne M. O. (org.). *The power of law in a transnational world: anthropological enquiries*. New York: Berghahn Books, 2009. p. 1–29.

BERMAN, Paul Schiff. *Global legal pluralism: a jurisprudence of law beyond borders*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

BLANKE, Sandro. *Soziales Recht oder kollektive Privatautonomie?* Hugo Sinzheimer im Kontext nach 1900. Tübingen: Mohr Siebeck, 2005.

BOEHME-NESSLER, Volker. *Unscharfes Recht: Überlegungen zur Relativierung des Rechts in der digitalisierten Welt*. Berlin: Duncker & Humblot, 2008.

BOGDANDY, Armin von. Deutsche Rechtswissenschaft im europäischen Rechtsraum. *JuristenZeitung*, [s. l.], v. 66, n. 1, p. 1–6, 2011.

BOGDANDY, Armin von; VENZKE, Ingo. *In wessen Namen? internationale Gerichte in Zeiten globalen Regierens*. Berlin: Suhrkamp, 2014.

BOLLIG, Michael. Ethnologie in Deutschland heute. Strukturen, Studienbedingungen, Forschungsschwerpunkte. In: BIERSCHEK, Thomas; KRINGS, Matthias; LENTZ, Carola (org.). *Ethnologie im 21. Jahrhundert*. Berlin: Reimer, 2013. p. 165–188.

BROPHY, Alfred L.; HADDEN, Sally E. (org.). *A companion to American legal history*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2013.

CAIRNS, John W. National, Transnational and European Legal Histories: Problems and Paradigms. A Scottish perspective. *Clio@Thémis. Revue électronique d'histoire du droit*, [s. l.], v. 5, p. 1–13, 2012.

CALLIES, Galf-Peter. Kommentar und Dogmatik im Recht. Funktionswandel im Angesicht von Europäisierung und Globalisierung. In: KÄSTLE, David; JANSEN, Nils (org.). *Kommentare in Recht und Religion*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2014. p. 381–392.

CARONI, Pio; GERHARD, Dilcher (org.). *Norm und Tradition*. Welche Geschichtlichkeit für die Rechtsgeschichte?/Fra norme e tradizione. Quale storicità per la storia giuridica? Köln: Böhlau, 1998.

CASSESE, Antonio. Gathering Up the Main Threads. In: CASSESE, Antonio (org.). *Realizing Utopia*. The future of international law. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 645–684. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199691661.003.0048>.

CASTELLS, Manuel. *Das Informationszeitalter*. Teil 3: Jahrtausendwende. Leverkusen: [s. n.], 2004

CASTELLS, Manuel. *Das Informationszeitalter*. Teil 1: Der Aufstieg der Netzwerkgesellschaft. Leverkusen: [s. n.], 2004.

CATÁ BACKER, Larry; STANCIL, Bret. Global Law Schools on U.S. Models: Emerging Models of Consensus-Based Internationalization or Markets-Based Americanization Models of Global Legal Education. Working Paper. *Consortium for Peace & Ethics*, [s. l.], n. 2011–3, p. 101–169, 2011.

CHIESA, Nadie; DE LUCA, Adam; MAHEANDIRAN, Bernadette (org.). Following the Call of the Wild: The Promise and Perils of Transnationalizing Legal Education. *German Law Journal*, [s. l.], v. 10, n. 7, p. 629–1168, 2009.

COLLIN, Peter *et al.* (org.). *Regulierte Selbstregulierung im frühen Interventions- und Sozialstaat*. Frankfurt am Main: Klostermann, 2012.

COMAROFF, Jean; COMAROFF, John L. *Theory from the South or, how Euro-America is evolving toward Africa*. Boulder, Co: Paradigm Publishers, 2012.

CONRAD, Sebastian. *Globalgeschichte: eine Einführung*. München: C.H. Beck, 2013.

CONRAD, Sebastian; STANGE, Marion. Governance and Colonial Rule. In: RISSE, Thomas (org.). *Governance without a state? policies and politics in areas of limited statehood*. New York: Columbia University Press, 2011. p. 39–64.

COSTA, Pietro. Reading Postcolonial Studies: Some Tentative Suggestions for Legal Historians. *Zeitschrift für Neuere Rechtsgeschichte (ZNR)*, [s. l.], v. 35, p. 272–282, 2013.

COTTERRELL, Roger. What Is Transnational Law? *Law & Social Inquiry*, [s. l.], v. 37, n. 02, p. 500–524, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1747-4469.2012.01306.x>

CRIVELLARI, Fabio *et al.* Einleitung: Die Medialität der Geschichte und die Historizität der Medien. In: CRIVELLARI, Fabio *et al.* (org.). *Die Medien der Geschichte: Historizität und Medialität in interdisziplinärer Perspektive*. Konstanz: UVK Verlag, 2004. p. 9–48.

DARIAN-SMITH, Eve. *Laws and societies in global contexts: contemporary approaches*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

DEDEK, Helge; MESTRAL, Armand de. Born to be Wild: the “Trans-systemic” Programme at McGill and the De-Nationalization of Legal Education. *German Law Journal*, [s. l.], v. 9, n. 7, p. 889–912, 2008.

DIESTELKAMP, Bernhard. Dreißig Jahre ZNR (1979-2009) und die Rechtsgeschichte in ihrer Zeit. *Zeitschrift für Neuere Rechtsgeschichte (ZNR)*, [s. l.], v. 32, n. 1, p. 8–18, 2010.

DIESTELKAMP, Bernhard. *Vom einstufigen Gericht zur obersten Rechtsmittelinstanz: die deutsche Königsgerichtsbarkeit und die Verdichtung der Reichsverfassung im Spätmittelalter*. Köln: Böhlau, 2014.

DIESTELKAMP, Bernhard; STOLLEIS, Michael (org.). *Juristen an der Universität Frankfurt am Main*. Baden-Baden: Nomos Verlagsgesellschaft, 1989.

DILCHER, Gerhard. *Normen zwischen Oralität und Schriftkultur: Studien zum mittelalterlichen Rechtsbegriff und zum langobardischen Recht*. Köln: Böhlau, 2008.

DOERING-MANTEUFFEL, Anselm; RAPHAEL, Lutz. *Nach dem Boom: Perspektiven auf die Zeitgeschichte seit 1970*. 3 ed. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2012.

DU PLESSIS, Paul. Legal History and Method(s). In: THOMAS, P. J. et al. (org.). *Libellus ad Thomasium: essays in Roman law, Roman-Dutch law and legal history in honour of Philip J. Thomas*. Petoria: Unisa Press, University of South Africa, 2010. p. 47-55.

DUVE, Thomas. Katholisches Kirchenrecht und Moraltheologie im 16. Jahrhundert. Eine globale normative Ordnung im Schatten schwacher Staatlichkeit. In: KADELBACH, Stefan; GÜNTHER, Klaus (org.). *Recht ohne Staat? Zur Normativität nichtstaatlicher Rechtsetzung*. Frankfurt am Main: Campus-Verlag, 2011. p. 147-174.

DUVE, Thomas. Von der Europäischen Rechtsgeschichte zu einer Rechtsgeschichte Europas in globalhistorischer Perspektive. *Rechtsgeschichte - Legal History*, [s. l.], n. 20, p. 18-71, 2012.

DUVE, Thomas. European Legal History – Global Perspectives. Working Paper for the Colloquium ›European Normativity – Global Historical Perspectives‹ (Max-Planck-Institute for European Legal History, September, 2nd–4th, 2013). *Max Planck Institute for European Legal History Research Paper Series*, [s. l.], n. 2013-06, 2013. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=2292666>.

DUVE, Thomas. Internationalisierung und Transnationalisierung der Rechtswissenschaft – aus deutscher Perspektive. In: GRIMM, Dieter et al. (org.). *Rechtswege*. Baden-Baden: Nomos, 2014a.

DUVE, Thomas (org.). *Entanglements in legal history: conceptual approaches*. Frankfurt am Main: Max Planck Institute for European Legal History, 2014b.

DUVE, Thomas. Entanglements in legal history: introductory remarks. In: DUVE, Thomas (org.). *Entanglements in legal history: conceptual approaches*. Frankfurt am Main: Max Planck Institute for European Legal History, 2014.

DUVE, Thomas et al. The School of Salamanca: a digital collection of sources and a dictionary of its juridical-political language: the basic objectives and structure of a research project. *The Salamanca Working Papers*, [s. l.], n. 2013-1, 2013. Disponível em: <http://publikationen.ub.uni-frankfurt.de/frontdoor/index/index/docId/32401,urn:nbn:de:hebis:30:3-324023>

EHRlich, Eugen. *Grundlegung der Soziologie des Rechts*. 4. ed. München: Duncker & Humblot, 1989.

ENGEL, Christoph; SCHÖN, Wolfgang (org.). *Das Proprium der Rechtswissenschaft*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2007.

ESSEN, Georg; JANSEN, Nils (org.). *Dogmatisierungsprozesse in Recht und Religion*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2011.

FASSBENDER, Bardo; PETERS, Anne (org.). *The Oxford Handbook of the History of International Law*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

FIEDLER, Herbert. Rechenautomaten als Hilfsmittel der Gesetzesanwendung (Einige grundsätzliche Bemerkungen). *Deutsche Rentenversicherung*, [s. l.], p. 149–155, 1962.

FISCHER-LESCANO, Andreas. Gutenberg oder der »Sieg der Wissenschaft«? *Blätter für deutsche und internationale Politik*, [s. l.], n. 2, p. 53–62, 2012.

FRIEDMAN, Lawrence M. Ghosts, Machines, and Asian Law: Some Comments. *Asian Journal of Law and Society*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 5–16, 2014.

FUNKE, Andreas; LÜDEMANN, Jörn (org.). *Öffentliches Recht und Wissenschaftstheorie*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2009.

GERMAN LAW JOURNAL. Contributions to the German Law Journal's 10th Anniversary Symposium "The Transnationalization of Legal Cultures. *German Law Journal*, [s. l.], v. 10, n. 10, 2009.

GLENN, H. Patrick. *The Cosmopolitan State*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

GÖRTEMAKER, Manfred. *Die Berliner Republik: Wiedervereinigung und Neuorientierung*. Berlin: Be.bra Verlag, 2009.

GRÄWE, Svenja Lena. *Die Entstehung der Rechtsinformatik: Wissenschaftsgeschichtliche und -theoretische Analyse einer Querschnittsdisziplin*. Hamburg: Kováč, 2011.

GRIMM, Dieter. *Die Zukunft der Verfassung II: Auswirkungen von Europäisierung und Globalisierung*. Berlin: Suhrkamp, 2012.

GRÜTTNER, Michael *et al.* (org.). *Gebrochene Wissenschaftskulturen: Universität und Politik im 20. Jahrhundert*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2010.

GSCHWEND, Lukas; PAHUD DE MORTANGES, René (org.). *Wirtschaftsrechtsgeschichte der Modernisierung in Mitteleuropa. Zur Wechselwirkung zwischen wirtschaftlichen und rechtlichen Entwicklungen im Rahmen der grossen Transformation 1750-1850*. Baden-Baden: Nomos, 2009.

GÜLDEMUND, Gesine *et al.* Reformdebatten in der Dauerschleife? – Juristenausbildung als Denkort kritischer Reflexion. *Kritische Vierteljahresschrift für Gesetzgebung und Rechtswissenschaft*, [s. l.], v. 95, n. 3, p. 230–246, 2012.

GULLIVER, P. H. *Disputes and negotiations: a cross-cultural perspective*. London: Academic Press, 1979.

GÜNTHER, Klaus. Rechtspluralismus und universaler Code der Legalität: Globalisierung als rechtstheoretisches Problem. In: WINGERT, Lutz; GÜNTHER, Klaus (org.). *Die Öffentlichkeit der Vernunft und die Vernunft der Öffentlichkeit*: Festschrift für Jürgen Habermas. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2001. p. 539-567.

GÜNTHER, Klaus. Legal pluralism or uniform concept of law? Globalisation as a problem of legal theory. *No Foundations: Journal of Extreme Legal Positivism*, [s. l.], n. 5, p. 5–21, 2008.

HABER, Peter. *Digital past: Geschichtswissenschaft im digitalen Zeitalter*. München: Oldenbourg Verlag, 2011.

HAFERKAMP, Hans Peter *et al.* Das “Forum Historiae Iuris” – eine elektronische Zeitschrift zur Rechtsgeschichte. *Zeitenblicke*, [s. l.], v. 2, n. 2, 2003. Disponível em: <http://www.zeitenblicke.de/2003/02/haferkamp.htm>

HAFT, Fritjof. *Nutzanwendungen kybernetischer Systeme im Recht*. Clausthal-Zellerfeld: [s. n.], 1968.

HALTERN, Ulrich. Recht und soziale Imagination. In: GEPHART, Werner (org.). *Rechtsanalyse als Kulturforschung*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 2012. p. 89–102.

HAMMERSTEIN, Notker. *Die Johann Wolfgang Goethe-Universität, Frankfurt am Main: von der Stiftungsuniversität zur staatlichen Hochschule*. Bd. 1: 1914 bis 1950. Neuwied: Metzner, 1989.

HAMMERSTEIN, Notker. *Die Johann-Wolfgang-Goethe-Universität, Frankfurt am Main*. Bd. 2: Nachkriegszeit und Bundesrepublik 1945 - 1972. Göttingen: Wallstein-Verl, 2012.

HARNACK, Adolf von. Vom Großbetrieb der Wissenschaft (1905). In: HARNACK, Adolf von. *Aus Wissenschaft und Leben*. Reden und Aufsätze. Giessen: Töpelmann, 1911. p. 11–20.

HEDINGER, Daniel; SIEMENS, Daniel. What’s the problem with law in history? An introduction. *InterDisciplines. Journal of History and Sociology*, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 6–17, 2012.

HILGENDORF, Eric. *Die Renaissance der Rechtstheorie zwischen 1965 und 1985*. Würzburg: Ergon, 2005.

HILGENDORF, Eric. Zur Lage der juristischen Grundlagenforschung in Deutschland heute. In: BRUGGER, Winfried; NEUMANN, Ulfrid; KIRSTE, Stephan (org.). *Rechtsphilosophie im 21. Jahrhundert*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2008. p. 111–118.

HINTZE, Otto. Festrede zur Feier des 25jährigen Regierungsjubiläum des Kaisers Wilhelm II. *Hohenzollern-Jahrbuch*, [s. l.], v. 17, p. 78–95, 1913.

HOCHSCHULREKTORENKONFERENZ. *Die deutschen Hochschulen internationalisieren! Internationale Strategie der HRK. Sprachenpolitik an deutschen Hochschulen*. Bonn: HRK, Hochschulrektorenkonferenz, 2012. (Beiträge zur Hochschulpolitik 2/2012). Disponível em: http://www.hrk.de/uploads/media/Graue_Reihe_Int_Strategie_Sprachenpolitik.pdf.

HOCKEY, Susan. The History of Humanities Computing. In: SCHREIBMAN, Susan; SIEMENS, Ray; UNSWORTH, John (org.). *A companion to digital humanities*. Oxford: Blackwell, 2011. p. 3–19.

HOF, Hagen; OLENHUSEN, Peter Götz von (org.). *Rechtsgestaltung - Rechtskritik - Konkurrenz von Rechtsordnungen...* Neue Akzente für die Juristenausbildung. Baden-Baden: Nomos, 2012.

IBBETSON, David. The Challenges of Comparative Legal History. *Comparative Legal History*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 1–11, 2013.

ITTERSUM, Martine Van; JACOBS, Jaap. Are We All Global Historians Now? An Interview with David Armitage. *Itinerario*, [s. l.], v. 36, n. 2, p. 7–28, 2012.

JAMIN, Christophe. *La cuisine du droit: l'École de Droit de Sciences Po: une expérimentation française*. Paris: LGDJ, 2012.

JANSEN, Nils. Kommentare in Recht und Religion. Einführung. In: KÄSTLE-LAMPARTER, David; JANSEN, Nils (org.). *Kommentare in Recht und Religion*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2014. p. 1–14.

JANSEN, Nils; MICHAELS, Ralf (org.). *Beyond the state: Rethinking private law*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2008.

JESTAEDT, Matthias. Die deutsche Staatsrechtslehre im europäisierten Rechtswissenschaftsdiskurs – Kennzeichen, Kernkompetenzen und Rezeptionshindernisse. *JuristenZeitung*, [s. l.], v. 67, n. 1, p. 1–10, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1628/002268812798860247>

JESTAEDT, Matthias; LEPSIUS, Oliver (org.). *Rechtswissenschaftstheorie*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2008.

JOHN, Jürgen. Universitäten und Wissenschaftskulturen von der Jahrhundertwende 1900 bis zum Ende der Weimarer Republik 1930/33. In: GRÜTTNER, Michael *et al.* (org.). *Gebrochene*

Wissenschaftskulturen: Universität und Politik im 20. Jahrhundert. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2010. p. 23–28.

KADELBACH, Stefan; GÜNTHER, Klaus (org.). *Recht ohne Staat? Zur Normativität nichtstaatlicher Rechtsetzung.* Frankfurt am Main: Campus, 2011.

KATSH, M. Ethan. *The electronic media and the transformation of law.* New York; Oxford: Oxford Univ. Press, 1989.

KATSH, M. Ethan. *Law in a digital world.* New York: Oxford Univ. Press, 1995.

KATZ, Stanley Nider (org.). *The Oxford international encyclopedia of legal history.* 6 vols. New York; Oxford: Oxford Univ. Press, 2009.

KING, Roger. Power and Networks in Worldwide Knowledge Coordination: The Case of Global Science. *Higher Education Policy*, [s. l.], v. 24, n. 3, p. 359–376, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/hep.2011.9>

KOHLER, Josef; WENGER, Leopold. *Allgemeine Rechtsgeschichte.* Band 1: Orientalisches Recht und Recht der Griechen und der Römer. Leipzig: B. G. Teubner, 1914.

KRIESI, Hanspeter. Globale Demokratie. In: SENN, Marcel *et al.* (org.). *Recht und Globalisierung, Droit et Mondialisation.* Stuttgart: Franz Steiner, 2010. p. 145–156.

KUBO, Keiji. *Hugo Sinzheimer – Vater des deutschen Arbeitsrechts.* Köln: Bund-Verl, 1995.

LANDAU, Peter. *Grundlagen und Geschichte des evangelischen Kirchenrechts und des Staatskirchenrechts.* Tübingen: Mohr Siebeck, 2010.

LANDAU, Peter. *Europäische Rechtsgeschichte und kanonisches Recht im Mittelalter: ausgewählte Aufsätze aus den Jahren 1967 bis 2006.* Badenweiler: Wiss. Verl. Bachmann, 2013.

LATOUR, Bruno. *The making of law: an ethnography of the Conseil d'État.* Cambridge: Polity Press, 2010.

LEIBFRIED, Stephan *et al.* Redefining the Traditional Pillars of German Legal Studies and Setting the Stage for Contemporary Interdisciplinary Research. *German Law Journal*, [s. l.], v. 7, n. 8, p. 661–680, 2006.

LETTO-VANAMO, Pia. Towards Global Legal History? In: ANDERSEN, Per *et al.* (org.). *Liber amicorum Ditlev Tamm: law, history and culture.* Copenhagen: DJØF Publishing, 2011. p. 311–321.

LUHMANN, Niklas. *Recht und Automation in der öffentlichen Verwaltung: eine verwaltungswissenschaftliche Untersuchung.* Berlin: Duncker & Humblot, 1966.

MAETSCHKE, Matthias; MAYENBURG, David von; SCHMOECKEL, Mathias (org.). *Das Recht der Industriellen Revolution*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2013.

MANGOLD, Anna Katharina. *Gemeinschaftsrecht und deutsches Recht*. Die Europäisierung der deutschen Rechtsprechung in historisch-empirischer Sicht. Tübingen: Mohr Siebeck, 2011.

MENKEL-MEADOW, Carrie. Why and How to Study “Transnational” Law. *UC Irvine Law Review*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 97–128, 2011.

MESNKI, Werner. Plural Worlds of Law and the Search for Living Law. In: GEPHART, Werner (org.). *Rechtsanalyse als Kulturforschung*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 2012. p. 71–88.

METZLER, Gabriele. Deutschland in den internationalen Wissenschaftsbeziehungen, 1900–1930. In: GRÜTTNER, Michael *et al.* (org.). *Gebrochene Wissenschaftskulturen*: Universität und Politik im 20. Jahrhundert. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2010. p. 55–82.

MEYER, John W. (org.). *Weltkultur*: wie die westlichen Prinzipien die Welt durchdringen. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2005.

MINDUS, Patricia. Global Harmony and Rule of Law: An Empirical-Analytical Approach. In: BUSTAMANTE, Thomas da Rosa de; ONAZI, Oche (org.). *Global Harmony and the Rule of Law*. Proceedings of the 24th World Congress of the International Association for Philosophy of Law and Social Philosophy, Beijing, 2009. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2012. v. 1, p. 33–48.

MODÉER, Kjell. Time and Space in Comparative Legal Science: Twins or Aliens? Comparative Law and Legal History from Modern to Late Modern Discourses. In: LINDSKOUG, Patrik *et al.* (org.). *Essays in Honour of Michael Bogdan*. Lund: Juristförlaget, 2013. p. 337–347.

MODÉER, Kjell Å; NILSÉN, Per (org.). *How to teach European comparative legal history*. Workshop at the Faculty of Law, Lund University 19-20 August 2009. Lund: Juristförlaget, 2011.

MOHRMAN, Kathryn; MA, Wanhua; BAKER, David. The Research University in Transition: The Emerging Global Model. *Higher Education Policy*, [s. l.], v. 21, p. 5–27, 2008.

MOORE, Sally Falk. Certainties Undone: Fifty Turbulent Years of Legal Anthropology, 1949–1999. *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 95–116, 2001.

NOWAK, Kurt. Die Kaiser-Wilhelm-Gesellschaft. In: FRANÇOIS, Etienne; SCHULZE, Hagen (org.). *Deutsche Erinnerungsorte III*. München: Beck, 2002. p. 55–71.

NOWOTNY, Helga; SCOTT, Peter; GIBBONS, Michael. *Re-Thinking Science*. Knowledge and the Public in an Age of Uncertainty. Cambridge: Polity Press, 2001.

NUZZO, Luigi; VEC, Miloš (org.). *Constructing international law: the birth of a discipline*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 2013.

OGOREK, Regina. Rechtsgeschichte in der Bundesrepublik (1945–1990). In: SIMON, Dieter (org.). *Rechtswissenschaft in der Bonner Republik*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1994. p. 12–99.

OSLER, Douglas J. When Worlds Collide: How europäische Rechtsgeschichte came to Oxford. *Rechtsgeschichte - Legal History*, [s. l.], v. 17, p. 137–162, 2010.

OSTERHAMMEL, Jürgen. *Die Verwandlung der Welt: eine Geschichte des 19. Jahrhunderts*. München: Beck, 2009.

PALETSCHEK, Sylvia. Was heißt »Weltgeltung deutscher Wissenschaft«? Modernisierungsleistungen und -defizite der Universitäten im Kaiserreich. In: GRÜTTNER, Michael et al. (org.). *Gebrochene Wissenschaftskulturen: Universität und Politik im 20. Jahrhundert*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2010. p. 29–54.

PIRIE, Fernanda. *The Anthropology of Law*. New York: Oxford University Press, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199696840.001.0001>

POHL, Angela; VOGEL, Ivo. Die digitale Welt des Rechts – Von den Anfängen des Internets bis zur Virtuellen Fachbibliothek Recht. In: FISCHER, Detlev; OBERT, Marcus (org.). *Festschrift für Dietrich Pannier: zum 65. Geburtstag am 24. Juni 2010*. Köln: Heymann, 2010. p. 349–372.

PRINZ, Wolfgang; WEINGART, Peter. Innenansichten geisteswissenschaftlicher Forschung: Einleitende Bemerkungen. In: PRINZ, Wolfgang; WEINGART, Peter (org.). *Die Sog. Geisteswissenschaften: Innenansichten*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1990. p. 9–23.

RANIERI, Filippo (org.). *Rechtsgeschichte und quantitative geschichte: arbeitsberichte*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1977.

RANIERI, Filippo. Eine Datenbank über juristische Dissertationen und Juristen im Alten Reich. Ein Projektbericht. *Historical Social Research*. Quantum Information, [s. l.], n. 37, p. 109–115, 1986.

RAPHAEL, Lutz. Die Verwissenschaftlichung des Sozialen als methodische und konzeptionelle Herausforderung für eine Sozialgeschichte des 20. Jahrhunderts. *Geschichte und Gesellschaft*, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 165–193, 1996.

RAPHAEL, Lutz. *Geschichtswissenschaft im Zeitalter der Extreme: Theorien, Methoden, Tendenzen von 1900 bis zur Gegenwart*. München: Verlag C. H. Beck, 2010.

REICHERT, Sybille; WINDE, Mathias; MEYER-GUCKEL, Volker. *Jenseits der Fakultäten: Hochschuldifferenzierung durch neue Organisationseinheiten für Forschung und Lehre*. Essen: Edition Stifterverband, 2012.

REIMANN, Mathias. The American Advantage in Global Lawyering. *Rabels Zeitschrift für ausländisches und internationales Privatrecht*, [s. l.], v. 78, p. 1–36, 2014.

RENN, Jürgen; HYMAN, Malcolm H. The Globalization of Knowledge in History: An Introduction. In: RENN, Jürgen (org.). *The globalization of knowledge in history*. Berlin: Edition Open Access, 2012. p. 15–44.

RÖHL, Klaus F. Wozu Rechtsgeschichte? *Jura*, [s. l.], v. 4, p. 173–178, 1994.

RÖHL, Klaus F.; MACHURA, Stefan. 100 Jahre Rechtssoziologie: Eugen Ehrlichs Rechtspluralismus heute. *Juristenzeitung*, Tübingen, v. 68, n. 23, p. 1117–1128, 2013.

ROTH, Ralf. *Wilhelm Merton: ein Weltbürger gründet eine Universität*. Frankfurt am Main: Societäts, 2010.

RÜCKERT, Joachim. Geschichte des Privatrechts als Apologie des Juristen: Franz Wieacker zum Gedächtnis. *Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, [s. l.], v. 24, p. 531–562, 1995.

RÜCKERT, Joachim. »Große« Erzählungen, Theorien und Fesseln in der Rechtsgeschichte. In: CHIUSI, Tiziana J.; GERGEN, Thomas; JUNG, Heike (org.). *Das Recht und seine historischen Grundlagen: Festschrift für Elmar Wadle zum 70. Geburtstag*. Berlin: Duncker & Humblot, 2008.

RÜCKERT, Joachim. Die Historische Rechtsschule nach 200 Jahren – Mythos, Legende, Botschaft. *JuristenZeitung*, [s. l.], v. 65, n. 1, p. 1–9, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1628/002268810790214226>

RÜTHERS, Bernd. Regimewechsel als Rechts- und Juristenkrisen. In: KRÜPER, Julian; SAUER, Heiko (org.). *Staat und Recht in Teilung und Einheit*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2011. p. 68–87.

SABROW, Martin. Zäsuren in der Zeitgeschichte. In: BÖSCH, Frank; DANYEL, Jürgen (org.). *Zeitgeschichte: Konzepte und Methoden*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2012. p. 109–130.

SANTOS, Boaventura de Souza. The university in the twenty-first century: Toward a democratic and emancipatory university reform. In: APPLE, Michael W.; BALL, Stephen J.; GANDIN, Luis Armando (org.). *The Routledge international handbook of the sociology of education*. London; New York: Routledge, 2010. p. 274–282.

SARASIN, Philipp. Was ist Wissensgeschichte? *Internationales Archiv für Sozialgeschichte der deutschen Literatur*, [s. l.], v. 36, n. 1, p. 159–172, 2011.

SASSEN, Saskia. *Territory, authority, rights: from medieval to global assemblages*. Princeton, N.J.: Princeton Univ. Press, 2006.

SATZUNG der Königlichen Universität zu Frankfurt a.M. Frankfurt am Main, 1914.

SCHACHERREITER, Judith. Das Verhängnis von Ethnozentrismus und Kulturrelativismus in der Rechtsvergleichung: Ursachen, Ausprägungsformen und Strategien zur Überwindung. *Rabels Zeitschrift für ausländisches und internationales Privatrecht*, [s. l.], v. 77, n. 2, p. 272–299, 2013.

SCHIERA, Pierangelo. *Laboratorium der bürgerlichen Welt: deutsche Wissenschaft im 19. Jahrhundert*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1992.

SCHMIDT, Richard. *Wesen und Entwicklung des Staates*. Leipzig: B. G. Teubner, 1924.

SCHMOECKEL, Mathias. *Rechtsgeschichte der Wirtschaft seit dem 19. Jahrhundert*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2008.

SCHMOECKEL, Mathias et al. (org.). *Historisch-kritischer Kommentar zum BGB*. Bd. 1: Allgemeiner Teil: §§ 1 - 240. Tübingen: Mohr Siebeck, 2003.

SCHORKOPF, Frank. Rechtsgeschichte der europäischen Integration Ein Themengebiet für Grundlagenforschung in der Rechtswissenschaft. *JuristenZeitung*, [s. l.], v. 69, n. 9, p. 421–431, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1628/002268814X13959211647489>

SCHRÖDER, Jan. *Recht als Wissenschaft*. 2. ed. München: Beck, 2012.

SCHWARZE, Jürgen (org.). *Globalisierung und Entstaatlichung des Rechts*. Ergebnisse der 31. Tagung der Gesellschaft für Rechtsvergleichung vom 20. bis 22. September 2007 in Halle. Teilband 1: Beiträge zum Öffentlichen Recht, Europarecht, Arbeits- und Sozialrecht und Strafrecht. Tübingen: Mohr Siebeck, 2008.

SEN, Amartya Kumar. *The Idea of Justice*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 2009.

SENN, Marcel. The methodological debates in German-speaking Europe (1960–1990). In: MUSSON, Anthony; STEBBINGS, Chantal (org.). *Making legal history: approaches and methodologies*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2012. p. 108–117.

SIEBER, Ulrich. Informationsrecht und Recht der Informationstechnik. Die Konstituierung eines Rechtsgebietes in Gegenstand, Grundfragen und Zielen. *Neue juristische Wochenschrift*, [s. l.], v. 42, n. 41, p. 2569–2580, 1989.

SIEBER, Ulrich. Legal Order in a Global World – The Development of a Fragmented System of National, International, and Private Norms. In: BOGBANDY, Armin von; WOLFRUM, Rüdiger (org.). *Max Planck Yearbook of United Nations Law Online*. v. 14. [S. l.]: Brill Nijhoff, 2010. p. 1–49.

SIEMENS, Daniel. Towards a New Cultural History of Law. *InterDisciplines. Journal of History and Sociology*, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 19–45, 2012.

SIMITIS, Spiros. *Automation in der Rechtsordnung, Möglichkeiten und Grenzen*. Karlsruhe: Müller, 1967.

SIMON, Dieter (org.). *Rechtswissenschaft in der Bonner Republik: Studien zur Wissenschaftsgeschichte der Jurisprudenz*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1994.

SIMON, Dieter. Eine Rechtsgeschichte. *myops – Berichte aus der Welt des Rechts*, [s. l.], v. 20, p. 67–77, 2014.

SORDI, Bernardo (org.). *Storia e diritto*. Milano: Giuffrè, 2013.

STICHWEH, Rudolf. *Computer, Kommunikation und Wissenschaft: Telekommunikative Medien und Strukturen der Kommunikation im Wissenschaftssystem*. Working Paper. Max-Planck-Institut für Gesellschaftsforschung, Köln, n. 89/11, 1989.

STICHWEH, Rudolf. Globalisierung der Wissenschaft und die Region Europa. In: STICHWEH, Rudolf (org.). *Die Weltgesellschaft: soziologische Analysen*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2000. p. 103–129.

STICHWEH, Rudolf. Genese des globalen Wissenschaftssystems. *Soziale Systeme. Zeitschrift für soziologische Theorie*, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 3–26, 2003.

STICHWEH, Rudolf. Das Konzept der Weltgesellschaft: Genese und Strukturbildung eines globalen Gesellschaftssystems. *Rechtstheorie*, [s. l.], v. 39, n. 2–3, p. 329–355, 2008.

STICHWEH, Rudolf. Soziologiekolumne: Wissensordnungen und Wissensproduktion im 21. Jahrhundert. *Merkur: Deutsche Zeitschrift für europäisches Denken*, [s. l.], v. 68, fasc. 4, p. 336–344, 2014.

STOLLEIS, Michael. Vormodernes und postmodernes Recht. *Merkur: Deutsche Zeitschrift für europäisches Denken*, [s. l.], v. 62, fasc. 5, p. 425–429, 2008.

STOLLEIS, Michael. Wie entsteht ein Wissenschaftszweig? Wirtschaftsrecht und Wirtschaftsverwaltungsrecht nach dem Ersten Weltkrieg. In: RUPPERT, Stefan; VEC, Miloš (org.). *Stolleis, Michael: Ausgewählte Aufsätze und Beiträge*. Band 2. Frankfurt am Main: Klostermann, 2011a. p. 993–1005.

STOLLEIS, Michael. Rechtsgeschichte schreiben. Rekonstruktion, Erzählung, Fiktion? In: RUPPERT, Stefan; VEC, Miloš (org.). *Stolleis, Michael: Ausgewählte Aufsätze und Beiträge*. Band 2. Frankfurt am Main: Klostermann, 2011b. p. 1083–1112.

STOLLEIS, Michael. *Geschichte des öffentlichen Rechts in Deutschland*. Band 4: 1945–1990. München: Beck, 2012a.

STOLLEIS, Michael. Transfer normativer Ordnungen – Baumaterial für junge Nationalstaaten. Forschungsbericht über ein Südosteuropa-Projekt. *Rechtsgeschichte - Legal History*, [s. l.], v. 20, p. 72–85, 2012b.

STÜRNER, Rolf. Das Zivilrecht der Moderne und die Bedeutung der Rechtsdogmatik. *JuristenZeitung*, [s. l.], v. 67, n. 1, p. 10–24, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1628/002268812798860193>

SZÖLLOSI-JANZE, Margit. Die institutionelle Umgestaltung der Wissenschaftslandschaft im Übergang vom späten Kaiserreich zur Weimarer Republik. In: VOM BRUCH, Rüdiger; KADERAS, Brigitte (org.). *Wissenschaften und Wissenschaftspolitik: Bestandsaufnahmen zu Formationen, Brüchen und Kontinuitäten im Deutschland des 20. Jahrhunderts*. Stuttgart: F. Steiner, 2002. p. 60–74.

TAMANAH, Brian Z. A Framework for Pluralistic Socio-Legal Arenas. In: FOLETS, Marie-Claire; GAUDREAU-DESBIENS, Jean-François; RENTELN, Alison Dundes (org.). *Cultural diversity and the law: state responses from around the world*. Bruxelles: Bruylant, 2010. p. 381–401.

TAUBERT, Niels C.; WEINGART, Peter. »Open Access« – Wandel des wissenschaftlichen Publikationssystems. In: SUTTER, Tilmann; MEHLER, Alexander (org.). *Medienwandel als Wandel von Interaktionsformen*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2010. p. 159–181.

TEUBNER, Gunther. *Verfassungsfragmente: gesellschaftlicher Konstitutionalismus in der Globalisierung*. Berlin: Suhrkamp, 2012.

THALLER, Manfred (org.). *Digitale Bausteine für die geisteswissenschaftliche Forschung*. Göttingen: Duehrkohp & Radicke, 2003.

TUORI, Kaarlo. *Critical legal positivism*. Aldershot: Ashgate, 2002.

TUORI, Kaarlo. *Ratio and voluntas: the tension between reason and will in law*. Aldershot: Ashgate, 2011.

TWINING, William. *General Jurisprudence: Understanding Law from a Global Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511807374>

VAN KLINK, Bart; TAEKEMA, Sanne (org.). *Law and method: interdisciplinary research into law*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2011.

VEC, Miloš. Flaggeschiffe und Stiefkinder. Rechtsgeschichte als historische Kommentierung des geltenden Rechts. *Zeitschrift für Europäisches Privatrecht*, [s. l.], v. 19, n. 3, p. 547–563, 2011.

VEC, Miloš. Kurze Geschichte des Technikrechts. In: SCHULTE, Martin; SCHRÖDER, Rainer (org.). *Handbuch des Technikrechts*. 2. ed. Heidelberg: Springer, 2011. p. 3–92.

VESTING, Thomas. *Rechtstheorie*: ein Studienbuch. München: C.H. Beck, 2007.

VISMANN, Cornelia. *Medien der Rechtsprechung*. Frankfurt am Main: S. Fischer, 2011.

VOGEL, Joachim. Strafrecht und Strafrechtswissenschaft im internationalen und europäischen Rechtsraum. *JuristenZeitung*, [s. l.], v. 67, n. 1, p. 25–31, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1628/002268812798860283>

VOM BROCKE, Bernhard. Die Kaiser-Wilhelm-Gesellschaft im Kaiserreich. Vorgeschichte, Gründung und Entwicklung bis zum Ausbruch des Ersten Weltkriegs. In: VIERHAUS, Rudolf; VOM BROCKE, Bernhard (org.). *Forschung im Spannungsfeld von Politik und Gesellschaft: Geschichte und Struktur der Kaiser-Wilhelm-/Max-Planck-Gesellschaft*. Stuttgart: Deutsche Verlags-Anstalt, 1990. p. 17–162.

VOSSKUHL, Andreas; BUMKE, Christian; MEINEL, Florian (org.). *Verabschiedung und Wiederentdeckung des Staates im Spannungsfeld der Disziplinen*. Berlin: Duncker & Humblot, 2013.

WAHL, Rainer. *Herausforderungen und Antworten: das öffentliche Recht der letzten fünf Jahrzehnte*. Berlin: De Gruyter, 2006.

WEBER, Max. Der Nationalstaat und die Volkswirtschaft. In: WINCKELMANN, Johannes (org.). *Max Weber – Gesammelte politische Schriften*. 3. ed. Tübingen: Mohr, 1971. p. 1–25.

WEHLER, Hans-Ulrich. *Deutsche Gesellschaftsgeschichte*. Fünfter Band. Bundesrepublik und DDR. 1949–1990. München: Beck, 2008.

WEINGART, Peter. *Wissenschaftssoziologie*. Bielefeld: Transcript, 2003.

WEINGART, Peter. Interdisciplinarity and the New Governance of Universities. In: WEINGART, Peter; PADBERG, Britta (org.). *University experiments in interdisciplinarity: obstacles and opportunities*. Bielefeld: Transcript, 2014. p. 151–174.

WELKER, Michael; ETZELMÜLLER, Georg (org.). *Concepts of law in the sciences, legal studies, and theology*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2013.

WENDT, Helge; RENN, Jürgen. Knowledge and Science in Current Discussions of Globalization. In: RENN, Jürgen (org.). *The globalization of knowledge in history*. Berlin: Edition Open Access, 2012. p. 45–72.

WILDAVSKY, Ben. *The great brain race: how global universities are reshaping the world*. Princeton: Princeton University Press, 2010.

WILLOWEIT, Dietmar (org.). *Rechtswissenschaft und Rechtsliteratur im 20. Jahrhundert*: mit Beiträgen zur Entwicklung des Verlages C.H. Beck. München: Beck, 2007a.

WILLOWEIT, Dietmar. Juristische Literatur im 20. Jahrhundert. In: WILLOWEIT, Dietmar (org.). *Rechtswissenschaft und Rechtsliteratur im 20. Jahrhundert*: mit Beiträgen zur Entwicklung des Verlages C.H. Beck. München: Beck, 2007b. p. 3–61.

WILLOWEIT, Dietmar. *Deutsche Verfassungsgeschichte*. Vom Frankenreich bis zur Wiedervereinigung Deutschlands. 6. ed. München: Beck, 2009.

WINKLER, Viktor. *Der Kampf gegen die Rechtswissenschaft*: Franz Wieackers “Privatrechtsgeschichte der Neuzeit” und die deutsche Rechtswissenschaft des 20. Jahrhunderts. Hamburg: Dr. Kovac, 2014.

WIRSCHING, Andreas. *Der Preis der Freiheit*: Geschichte Europas in unserer Zeit. München: Beck, 2012.

WIRSCHING, Andreas *et al.* The 1970s and 1980s as a Turning Point in European History? *Journal of Modern European History*, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 8–26, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.17104/1611-8944_2011_1_8

WISSENSCHAFTSRAT. *Empfehlungen zur Forschung und Lehre auf dem Gebiet der Rechtswissenschaft in den neuen Ländern*; Drs. 96/91 – 13 mar. 1991. Disponível em: www.wissenschaftsrat.de/download/archiv/96-91.pdf.

WISSENSCHAFTSRAT. *Perspektiven der Rechtswissenschaft in Deutschland. Situation, Analysen, Empfehlungen*. Drs. 2558-12 – 9 nov. 2012. Disponível em: <http://www.wissenschaftsrat.de/download/archiv/2558-12.pdf>.

WISSENSCHAFTSRAT. *Perspektiven des deutschen Wissenschaftssystems*. Drs. 3228-13 – 12 jul. 2013. Disponível em: <http://www.wissenschaftsrat.de/download/archiv/3228-13.pdf>.

YOU, Chenjun. How a “New Legal History” might be possible: recent trends in Chinese Legal History studies in the United States and their implications. *Modern China*, [s. l.], v. 39, n. 2, p. 165–202, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/0097700412471589>

ZIMMERMANN, Reinhard. Savigny’s legacy. Legal history, comparative law, and the emergence of a european legal science. *The Law Quarterly Review*, [s. l.], v. 112, p. 576–605, 1996.

ZÖLLNER, Wolfgang. *Informationsordnung und Recht*: Vortrag gehalten vor der Juristischen Gesellschaft zu Berlin am 25. Oktober 1989. Berlin: de Gruyter, 1990.

ZUMBANSEN, Peer. Transnational Law, Evolving. In: SMITS, J. M. (org.). *Elgar encyclopedia of comparative law*. 2. ed. Cheltenham, UK; Northampton, MA: Edward Elgar, 2012. p. 898–925.



Submissão: 20/08/2021

Aceito para Publicação: 20/08/2021

DOI: 10.22456/2317-8558.118020